

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 061/2024
Data: 18/07/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
SEGURANÇA CIBERNÉTICA É FUNDAMENTAL PARA OS PORTOS, AFIRMA ESPECIALISTA.....	4
RUMO PROMETE APRESENTAR DIAGNÓSTICO DE FERROVIAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	5
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM MOVIMENTAÇÃO RECORDE	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
FORTESCUE INCLUI PLANTA DE H2V DE PECÉM ENTRE AS SUAS PRIORIDADES	6
INFRAESTRUTURA EM PERNAMBUCO: UM PASSIVO QUE AMEAÇA O FUTURO	8
SUDENE APROVA 15 PLEITOS DE INCENTIVOS, INCLUINDO O DA FÁBRICA DA STELLANTIS	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
ANTAQ REALIZA FISCALIZAÇÃO TEMÁTICA EM DUAS TRAVESSIAS QUE TRANSPORTAM PASSAGEIROS, VEÍCULOS E CARGAS 10	
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
PORTO DE PARANAGUÁ BATE RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE GRANÉIS SÓLIDOS.....	11
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E ÓRGÃOS DA AVIAÇÃO CIVIL LANÇAM PLANO AÉREO PARA TRANSPORTE DE PETS..	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
AO LADO DE LULA, RENAN FILHO PARTICIPA DE ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS PARA OBRAS NA VIA DUTRA E NA RIO-SANTOS	13
PORTAL PORTO GENTE	15
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO BATE RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	15
TCP RECEBE CERTIFICAÇÃO ISO 45001 E REFORÇA COMPROMISSO COM SEGURANÇA	16
PORTO DE SANTOS ESTÁ LONGE DO FUTURO	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – INCLUSÃO FEMININA NO SETOR PORTUÁRIO	19
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>Parceria 1</i>	20
<i>Parceria 2</i>	20
<i>Parceria 3</i>	20
<i>Semestre com recorde 1</i>	20
<i>Semestre com recorde 2</i>	20
INTERNACIONAL - BRASIL E ITÁLIA FECHAM ACORDO PARA CONVERSÃO DE CNH NOS DOIS PAÍSES	20
NACIONAL - BRASIL EXPORT REÚNE PRESIDENTES DA CNT E CNI EM BRASÍLIA.....	22
INOVAÇÃO - EM LIVE, ATP DISCUTE SEGURANÇA CIBERNÉTICA NO SETOR PORTUÁRIO	23
NORTE EXPORT - RECONSTRUÇÃO DA BR-319 SERÁ UM DOS PRINCIPAIS TEMAS DO NORTE EXPORT	24
NACIONAL - PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2024.....	25
REGIÃO SUDESTE - INICIATIVA DA BTP CAPACITA MULHERES PARA ATUAREM NO SETOR PORTUÁRIO	25
PORTO DE SANTOS - NOVO CASO DE MALÁRIA É REGISTRADO EM NAVIO FUNDEADO EM SANTOS	26
REGIÃO SUL - RUMO VAI APRESENTAR DIAGNÓSTICO DE DANOS AO MODAL FERROVIÁRIO NO RS.....	27
NACIONAL - NOVA PORTARIA SIMPLIFICA EMISSÃO DE DEBÊNTURES PARA INFRAESTRUTURA	28
NACIONAL - FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR PODE REDUZIR EMISSÃO DE CARBONO, DIZ ESTUDO	30
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM AUMENTO DE 57% NA MOVIMENTAÇÃO.....	31
BAHIA ECONÔMICA - BA	32
JERÔNIMO AUTORIZA LICITAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO DE CENTROS SOCIAIS URBANOS E ANUNCIA REFORMA DE RESTAURANTES POPULARES	32
GOVERNO PREVÊ INVESTIR R\$ 110 BILHÕES PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES EM CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS.....	32
PETROBRAS E MUBADALA ESTÃO FINALIZANDO A RECOMPRA DA REFINARIA DE MATARIPE.....	33
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	33
MAERSK DIZ QUE INTERRUPÇÃO DE TRANSPORTE NO MAR VERMELHO GERA EFEITOS GLOBAIS.....	33
STF ESTENDE ATÉ SETEMBRO PRAZO PARA NEGOCIAÇÃO SOBRE DESONERAÇÃO DA FOLHA	34
VALORES MÍNIMOS DO FRETE RODOVIÁRIO SÃO ATUALIZADOS.....	35
JORNAL O GLOBO – RJ	35
DE PORTO NO AMAPÁ COBIÇADO POR FACÇÕES ÀS MORTES PELA POLÍCIA: CONHEÇA AS 50 CIDADES DO PAÍS COM MAIOR LETALIDADE.....	36



HADDAD ANUNCIA CONGELAMENTO DE R\$ 15 BILHÕES NO ORÇAMENTO DE 2024.....	36
AÇÕES DA SABESP SERÃO VENDIDAS POR R\$ 67; DEMANDA SUPEROU R\$ 180 BILHÕES	38
HADDAD DIZ QUE DISCUTIU COM LULA INVESTIMENTOS PARA PENTE-FINO DE BENEFÍCIOS DO INSS	40
'RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DOS ESTADOS É RUIM PARA TODOS, INCLUSIVE PARA OS ENDIVIDADOS', DIZ ECONOMISTA	40
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	42
GOVERNO AGENDA LANÇAMENTO DE PROGRAMA DE PASSAGENS AÉREAS ATÉ R\$ 200 EM VERSÃO DESIDRATADA	42
CONHEÇA A EQUATORIAL, EMPRESA QUE SERÁ RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DA SABESP	43
SABESP PRIVATIZADA: GOVERNO LEVANTA R\$ 14,8 BI NA MAIOR OFERTA DE SANEAMENTO DA HISTÓRIA	45
VALOR ECONÔMICO (SP).....	47
CADE INSTAURA PROCESSO CONTRA A OPERADORA DE LOGÍSTICA TEGMA.....	47
ANEEL AUTORIZA INÍCIO DA OPERAÇÃO DE PARQUE EÓLICO DA ELETROBRAS NO RIO GRANDE DO SUL	48
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
DPC CREDENCIA TRANSPETRO PARA MINISTRAR CURSOS DO EPM	48
DPC CREDENCIA TRANSPETRO PARA MINISTRAR CURSOS DO EPM	49
ALMEIDA AUTOMAÇÃO E REPAROS NAVAIS VAI PARTICIPAR DA NAVALSHORE 2024	50
MPOR PRETENDE ABRIR AUDIÊNCIA DA CONCESSÃO DO MADEIRA NAS PRÓXIMAS SEMANAS.....	51
PORTO SEM PAPEL: ANVISA DISPONIBILIZA FERRAMENTA DE AGENDAMENTO DE INSPEÇÕES	52
LOG-IN LOGÍSTICA INTEGRADA DESENVOLVE PROGRAMA PARA MINIMIZAR EFEITOS DA FALTA DE MARÍTIMOS	52
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	54
TCP RECEBE CERTIFICAÇÃO ISO 45001	54
PPSA HABILITA DEZ EMPRESAS PARA DISPUTAR O 4º LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO.....	55
PRATICAGEM INVESTIU EM MELHORIAS NO SISTEMA DE CALADO DINÂMICO DA BARRA NORTE.....	55
NOVA OFFSHORE EXPANDE FROTA COM NOVA Balsa PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL MARÍTIMO	57
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SEGURANÇA CIBERNÉTICA É FUNDAMENTAL PARA OS PORTOS, AFIRMA ESPECIALISTA

Trabalhar com sistemas de proteção de dados é indispensável aos negócios de comércio exterior *Por Bárbara Farias*



Transporte marítimo é responsável por 90% da carga do mundo. Para especialista, investir em segurança é fundamental para o negócio (Carlos Nogueira/ArquivoAT)

O gerenciamento de risco cibernético nos portos é indispensável à manutenção do fluxo comercial internacional, uma vez que 90% das cargas negociadas no mundo passam pelos complexos portuários. Para o especialista em Inteligência, Cibersegurança e Proteção de Dados Carlos Albuquerque, a comunidade portuária precisa conhecer e investir em segurança cibernética

para proteger os negócios.

O especialista fez uma palestra com o tema Cibersegurança nos Terminais Portuários. A iniciativa foi do Comitê de Segurança da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e houve transmissão ao vivo pela internet nesta quarta (17), à tarde.

Segundo Carlos Albuquerque, a cibersegurança envolve, além da proteção de dados, os sistemas digitais de controle operacional e de segurança da navegação. O especialista alertou que as ameaças cibernéticas são uma realidade e que os atores do setor portuário precisam obter mais conhecimento sobre o tema. “O risco cibernético não é um risco de TI (Tecnologia da Informação), é um risco de negócios. Muita gente confunde isso. O transporte marítimo é responsável por 90% da carga em todo o mundo. Os terminais são plataformas de exportação. Então, a segurança cibernética é fundamental para contribuir para a continuidade do negócio”.

Ataques

Albuquerque destacou que os terminais portuários devem se atualizar e implementar as medidas necessárias para a proteção de suas estruturas. E explicou que os alvos dos ataques podem ser sistemas de tecnologia operacional e a conexão com uma gama de equipamentos, como, por exemplo, guindastes, terminais, sistemas de portões, sistemas de combustíveis, câmeras etc.

Avanços

Contudo, Albuquerque salientou que o Brasil tem avançado no entendimento da importância da segurança no setor portuário, o que abrange dados e informações estratégicas. Hoje, no País, há 53 terminais portuários em conformidade com a Resolução 53/2020 da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), que trata de Gestão de Riscos, Segurança Cibernética e Atos Ilícitos nos terminais.

“A norma permite que um porto nacional seja espelho de um internacional em conformidade, criando uma cadeia de suprimentos segura”, explicou.

Porém, o especialista enfatizou que ainda há muito a se avançar sobre o assunto em todo o mundo.

Desigualdade é desafio no setor

Segundo a International Association of Ports and Harbors (IAHP, Associação Internacional de Portos), entre os principais desafios de segurança cibernética estão falta de abordagem holística e colaborativa, ausência de uma linguagem comum e desigualdade entre os portos, com alguns

dotados de sistemas muito inteligentes, enquanto outros dependem mais das interações pessoais e de transações em papel.

“Na Noruega, já existem centros integrados que discutem segurança cibernética no setor portuário, como se fossem um grande centro de comando e controle e monitoramento”, exemplificou o especialista em Inteligência, Cibersegurança e Proteção de Dados Carlos Albuquerque.

Um retrato, porém, ainda distante da maioria dos países, inclusive do Brasil. “Apesar de a primeira resolução da International Maritime Organization (IMO) ser de 2016 e estarmos em 2024, ainda encontramos uma necessidade muito grande em conscientizar sobre ameaças e vulnerabilidades”.

O especialista diz que é necessário implementar sistemas de proteção e segregação de redes atualizados. “O crime evoluiu, as ameaças evoluíram. Então, a gente não pode ter a mesma segurança cibernética de dez anos atrás”.

Para o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, a palestra trouxe elementos importantes aos terminais. “Vivemos um momento desafiador em relação às ameaças cibernéticas em todo o mundo. E no setor portuário não é diferente. O Albuquerque trouxe exemplos internacionais, como um ataque de hackers iranianos ao Porto de Londres, mas também citou que tentativas de invasão a sistemas portuários são identificadas diariamente aqui no Brasil. Ou seja, não é algo distante da nossa realidade”, comentou.

Contribuição

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, destacou que o especialista trouxe exemplos internacionais, como um ataque de hackers iranianos ao Porto de Londres, mas também citou que tentativas de invasão a sistemas portuários são identificadas diariamente aqui no Brasil. “Foi uma palestra enriquecedora para os associados e outros atores do setor, que contribuirá para uma análise mais profunda, por parte de cada empresa, de medidas que devem ser adotadas para a condução segura dos seus negócios”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/07/2024

RUMO PROMETE APRESENTAR DIAGNÓSTICO DE FERROVIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Dirigentes se comprometeram a apresentar uma análise dos danos causados pelas enchentes

Por ATribuna.com.br



A Rumo detém a concessão de 3,15 mil quilômetros de ferrovias no Sul; cerca de 1,6 mil estão desativados (Bárbara Farias/ArquivoAT)

Em reunião com o vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza, dirigentes da Rumo Logística – concessionária que administra a Malha Sul – se comprometeram a apresentar, em cerca de 20 dias, um diagnóstico dos danos causados pelas enchentes no modal ferroviário do Estado. O encontro aconteceu de forma virtual nesta segunda-feira (15).

Além das condições gerais e pré-existentes, o documento deve apresentar o detalhamento das estruturas afetadas e comprometidas pelas chuvas, segundo o vice-presidente empresa, Guilherme Penin. Também participaram do encontro os secretários de Logística e Transportes, Juvir Costella, e da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi.

“Qualquer modal logístico que tenha sido impactado pelas enchentes precisa apresentar um diagnóstico de danos das suas estruturas. O que estamos sentindo falta em relação à malha férrea, sob administração da Rumo, é justamente isso”, alertou o vice-governador. “Só a partir desse



levantamento é que podemos propor soluções e projetar ações condizentes para o modal, que já tinha necessidade de investimentos para modernização e retomada em diferentes trechos.”

A empresa Rumo Logística detém a concessão de 3,15 mil quilômetros de ferrovias, sendo que cerca de 1,6 mil estão desativados desde antes das enchentes registradas em maio.

Para acompanhar as demandas do setor, o Governo Estadual criou o Departamento de Ferrovias, ligado à Secretaria de Logística e Transportes (Selt). Além disso, o gabinete do vice-governador vem tratando da pauta com reuniões com as áreas responsáveis do Governo Federal, como o Ministério dos Transportes e a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/07/2024

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM MOVIMENTAÇÃO RECORDE

Ao todo, foram movimentadas 760 mil toneladas de cargas, 57% mais que no mesmo período de 2023

Por ATribuna.com.br



Entre as principais cargas transportadas estão o açúcar a granel, com 287,5 mil toneladas, e a barrilha a granel, matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens (Reprodução/Governo do Estado de São Paulo)

Levantamento realizado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), empresa pública vinculada ao Governo do Estado, mostra que a movimentação de cargas no Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, bateu um novo recorde histórico no primeiro semestre deste ano. Ao todo, foram movimentadas 760 mil toneladas, 57% mais que no mesmo período de 2023.

Entre as principais cargas transportadas estão o açúcar a granel, com 287,5 mil toneladas, e a barrilha a granel, matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens, com 190,3 mil toneladas, além do coque de petróleo a granel, com 107,5 mil toneladas. “A ampliação das áreas para armazenagem despertou o interesse de mais importadores e exportadores, que passaram a utilizar o Porto de São Sebastião como alternativa logística. O açúcar a granel e o coque são exemplos de novas cargas”, explica o diretor-presidente da CDSS, Ernesto Sampaio. Segundo ele, foi autorizada a montagem de 11 novos armazéns, que foram instalados pelos operadores portuários, chegando a 14 estruturas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/07/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

FORTESCUE INCLUI PLANTA DE H2V DE PECÉM ENTRE AS SUAS PRIORIDADES

A planta de hidrogênio verde (H2V) da Fortescue vai demandar um investimento de até R\$ 25 bilhões no Porto de Pecém, no Ceará

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br

A futura planta de hidrogênio verde (H2V) que a empresa australiana Fortescue deseja instalar no Porto de Pecém passou por mais uma etapa no sentido da sua implantação. O projeto saiu da fase de pré-viabilidade para o de viabilidade recebendo, da diretoria da companhia, a decisão antecipada

de investimento (EID). A decisão foi anunciada cinco dias depois da Câmara dos Deputados aprovar o Projeto de Lei 2803/23, conhecido como o marco regulatório do hidrogênio de baixo carbono.



O gerente regional de Relações Governamentais da Fortescue para a América Latina, Sebastián Delgui, fala sobre a planta que a empresa pretende construir no Porto de Pecém, no Ceará. Foto: Fortescue/Divulgação

A decisão antecipada de investimento significa que o empreendimento cumpriu os requisitos necessários em diversas áreas como as análises na área de engenharia, arquitetura financeira, redução de custos na implantação do projeto, entre outros.

Segundo o gerente regional de Relações Governamentais da Fortescue para a América Latina, Sebastián Delgui, agora serão acelerados alguns projetos que vão definir mais detalhes da planta, como estudos de engenharia, a definição da tecnologia a ser usada, como será o reuso da água, dessalinizadores, as definições para preparação da terraplenagem do terreno, entre outras.

Com os requisitos acima, o projeto vai ficar mais detalhado. “Todas essas questões vão passar pela decisão de investimento da diretoria da Fortescue, o que deve ocorrer em 2025”, resume Sebastián. O projeto tem uma previsão de investimentos que varia entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões, variação que pode ocorrer, dependendo da cotação do dólar.

A intenção da empresa é começar a construir a planta cearense no começo de 2026, caso o investimento seja aprovado, em definitivo, pela diretoria da Fortescue. A empresa já tem a licença ambiental da Agência estadual de Meio Ambiente do Ceará para fazer a terraplenagem do local onde a planta vai se instalar no Porto de Pecém.

“A aprovação do marco regulatório foi muito importante, porque vai dar certeza a essa indústria nova. É uma lei atenta ao que está ocorrendo na Europa”, comenta Sebastián. A Europa deve se tornar um dos grandes compradores de H2V. Depois da aprovação da Câmara, o PL 2803/23 segue para a sanção presidencial e, posteriormente, a sua regulamentação.

Ainda de acordo com Sebastián, o Brasil reúne “condições objetivas únicas que são fundamentais para a indústrias de H2V como disponibilidade de energia renovável, como a geração solar e a eólica localizadas no Nordeste; a infraestrutura de um sistema elétrico com uma boa capacidade de transmissão de energia; um mercado estabelecido de compra e venda de energia, o que é uma raridade”.

Sebastián diz que o projeto também conta com “Pecém, que é um porto que tem infraestrutura e que tem uma parceria com o Porto de Roterdã, que trabalha para estabelecer um corredor de H2V, além de parcerias com o governo do Ceará e o acompanhamento do governo federal”.

Com o comunicado da decisão de investimento antecipada, a empresa informou que o Projeto Pecém está entre os prioritários do seu portfólio no mundo, alinhado com seu objetivo de descarbonização da indústria.

A companhia recebeu recentemente a autorização da autoridade ambiental do Estado do Ceará, a Semace, para iniciar as obras de preparação do terreno e espera anunciar em breve a data de início das obras de terraplenagem, que devem começar até o final deste ano.

Projetos globais da Fortescue

A Fortescue deseja ser uma das líderes da descarbonização do mundo, fazendo com que o H2V substitua os processos em várias cadeias produtivas que ainda emitem carbono, como as indústrias siderúrgica, a cimenteira, de fertilizantes, de produção de aço e a aviação, entre outros setores.

A empresa vai continuar avançando nos projetos Arizona Hydrogen, nos Estados Unidos, e Gladstone PEM50, na Austrália, que receberam decisão final de investimento na mesma reunião em que foi decidida a antecipação de decisão de investimento do projeto de Pecém. O projeto Holmaneset, na Noruega, também recebeu a decisão antecipada de investimento.

Ainda de acordo com informações da companhia, a Fortescue continua explorando possibilidades em seus projetos no Marrocos, Argentina, Nova Zelândia, Omã, Egito, Quênia, Noruega, Jordânia e Estados Unidos.

*Com informações da Fortescue
Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 18/07/2024

INFRAESTRUTURA EM PERNAMBUCO: UM PASSIVO QUE AMEAÇA O FUTURO

Suape, a joia da coroa da infraestrutura de Pernambuco, se concentra em atrair os grãos do Matopiba

Por Patrícia Raposo



Marcio Guiot, presidente de Suape, durante palestra no seminário/Foto: Bruna Lapa/ME

O agronegócio deve se tornar, em breve, um novo caminho para expansão de cargas no Porto de Suape, ajudando o atracadouro a dobrar sua movimentação atual, na casa dos 25 milhões de toneladas, para 50 milhões até 2030.

O interesse de Suape, joia da coroa da infraestrutura de Pernambuco, se concentra nos grãos do Matopiba, região de confluência de quatro estados – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – uma fronteira agrícola em expansão. Esses grãos, que hoje escoam largamente pelo Porto de Itaqui, no Maranhão, tendem a se tornar uma oportunidade para Pernambuco porque no atracadouro maranhense os produtores já enfrentam gargalos. Os atrasos para os embarques já chegam a 10 dias.

Trazer grãos de uma região mais ao Norte do Brasil depende de muitas variáveis, como infraestrutura, mas também de planejamento. A direção de Suape acredita que os grãos podem encontrar no porto pernambucano um canal de escoamento – mesmo sem contar com uma ferrovia para trazê-los – porque dez dias de espera por um embarque pode gerar mais prejuízos aos agricultores do que enfrentar as estradas brasileiras.

Para esse receber essa nova carga, Suape pode contar com o terminal de grãos arrendado em 2022 ou utilizar outras áreas. O que não falta é espaço em Suape, ao contrário de Itaqui. E tudo está mapeado.

Esse avanço estratégico em direção ao interior do país foi apresentado pelo presidente de Suape, Márcio Guiot, durante o Seminário Construindo Caminhos para o Desenvolvimento. O evento foi realizado, ontem, no Recife, por iniciativa do Movimento Atitude Pernambuco e Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) justamente para tratar dos gargalos no setor.

Ver Suape com planos para sua expansão agradou aos empresários da plateia, que se queixam da falta de planejamento por parte do estado. A economista Tânia Bacelar e o senador Fernando Dueire (MDB) externaram o mesmo sentimento em suas palestras.

A própria governadora Raquel Lyra, no encerramento do evento, trouxe uma preocupação da Pepsico com os mananciais dos quais faz uso em Pernambuco. Uma cobrança sutil da empresa aos gestores públicos, já que água é uma das principais matérias primas da empresa.

Infraestrutura mapeada

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti, destacou durante o seminário que o estado possui a segunda maior malha viária do Nordeste, com 800 quilômetros construídos ou restaurados pela atual gestão. Ele também pontuou que o governo, assim como fez com as oportunidades econômicas de Suape, está realizando o primeiro mapeamento das possíveis cargas que podem circular na ferrovia Transnordestina.

Trecho pernambucano da Transnordestina

No trilhos: governo levanta potencial de carga para a Transnordestina. Foto: divulgação TSLA
Ressaltando duas tendências globais – a transição digital e a transição climática – a economista Tânia Bacelar disse durante o seminário que existem dois assuntos que não se discutem em Pernambuco: infraestrutura digital e um novo modelo produtivo alinhados com as mudanças do clima. “Temos que virar a chave”, disse a economista de 80 anos, que surpreende por sua jovialidade intelectual.

Já o senador Fernando Dueire (MDB) externou sua preocupação com a mobilidade. Ressaltando que o Recife, com 200 km² e cortado por 99 canais, recebeu 13 mil novos veículos, demonstrou preocupação com os entraves urbanos. “Precisamos de transportes com perfis diferentes”, disse, lembrando sua atuação para viabilizar o metrô, décadas atrás. “É triste ver a degradação do metro”, pontuou.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 18/07/2024

SUDENE APROVA 15 PLEITOS DE INCENTIVOS, INCLUINDO O DA FÁBRICA DA STELLANTIS

Além da Stellantis, a Sudene também concedeu incentivos fiscais a Frysk Industrial e a Petrobras, entre outras

Por *Ângela Fernanda Belfort* angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



*Fábrica da Stellantis em Goiana que produz carros da marca Jeep.
Foto: Divulgação/Sudene*

A diretoria colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) aprovou incentivos fiscais para 15 empresas, incluindo a fábrica da Stellantis, que produz carros com a marca Jeep em Goiana, Pernambuco. O superintendente da autarquia, Danilo Cabral, destacou que foi a primeira vez que a empresa solicitou este benefício fiscal.

“Esse é um movimento importante, fala para o debate da Reforma Tributária. A política de incentivos fiscais ainda é fundamental para a atração de investimentos, especialmente para regiões que têm menos competitividade em relação às outras. Reafirmamos a importância e eficácia dos incentivos em um ambiente de desigualdade entre regiões”, argumentou Danilo durante a reunião que aprovou os incentivos.

Por razões de sigilo fiscal, a Sudene não revela o valor da renúncia fiscal na qual se baseia o incentivo concedido. A Stellantis realizou um investimento superior a R\$ 15 bilhões, segundo informações da Sudene, ao longo dos últimos anos.

A fábrica de Goiana da Stellantis tem um parque de fornecedores formado por cerca de 40 empresas e contribuiu para aumentar o emprego daquela região, além de ter impactado, positivamente, até a balança comercial de Pernambuco com a exportação de veículos. A unidade pernambucana tem capacidade de produzir 280 mil carros por ano. A planta instalada em Goiana recebeu crédito de R\$ 1,9 bilhão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), também administrado pela Sudene, sendo atualmente o segundo maior em volume de recursos financiados oriundos do FDNE.



Mais empresas com incentivos fiscais

Além da Stellantis, a Sudene aprovou outros 14 pleitos de incentivos fiscais, que somam investimentos informados de R\$ 103,3 milhões. Foram 13 demandas de Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Adicionais não Restituíveis, enquanto dois são relativos a Reinvestimento de 30% do IRPJ. Na distribuição por estado, Pernambuco aparece com quatro pleitos aprovados, vindo na sequência Ceará e Bahia (com 3 cada um), Espírito Santo (2), Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte (1 pleito cada).

Em relação aos investimentos realizados pelas empresas que receberam incentivos, Pernambuco também está na frente – puxado pela Stellantis (R\$15,31 bilhões), seguido por Ceará (R\$ 53,5 milhões), Bahia (R\$ 22 milhões), Minas Gerais (R\$ 3,2 milhões) e Espírito Santo (R\$ 3 milhões). Os pleitos da Paraíba e do Rio Grande do Norte foram de retificação. Os setores contemplados são de veículos, alimentos e bebidas, minerais não metálicos, químicos, petroquímicos e esgotamento sanitário.

As 15 empresas que tiveram os incentivos aprovados são responsáveis por 9.428 empregos, dos quais 6.924 são novos postos de trabalho. A Stellantis se destaca com 6,8 mil. Segundo o coordenador-geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros da Sudene, Sílvio Carlos do Amaral e Silva, a planta da Stellantis é uma das mais modernas do grupo no mundo e foca na excelência na produção e na otimização do fluxo logístico.

Ainda dentre os projetos incentivados, o diretor de Gestão de Fundos e Incentivos Fiscais da Sudene, Heitor Freire, citou o pleito da Petrobrás para a refinaria localizada em Fortaleza, no Ceará. O empreendimento iniciou suas operações em 1966 e produz 235 mil toneladas por ano de asfaltos e 73 mil metros cúbicos por ano de lubrificantes naftênicos.

Localizada na cidade do Conde, a 150 Km de Salvador (BA), a Frysk Industrial Ltda, sociedade integrante do Grupo Aurantiaca, também está entre as empresas com pleito de incentivo aprovado. Fundada em 2011, a companhia possui uma extensa área de cultivo irrigado de coco e já investiu R\$ 21,9 milhões.

*Com informações da Sudene

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 18/07/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZA FISCALIZAÇÃO TEMÁTICA EM DUAS TRAVESSIAS QUE TRANSPORTAM PASSAGEIROS, VEÍCULOS E CARGAS

A Agência buscou entender o grau de satisfação dos usuários com o serviço prestado

Brasília, 17/07/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou duas fiscalizações temáticas nas travessias Carolina (MA) – Filadélfia (TO) e Xambioá (TO) – São Geraldo do Araguaia (PA) no começo do mês de julho.

A fiscalização foi temática, no “Eixo Navegação Interior”, e teve como objetivo mapear a qualidade do transporte prestado ao usuário. A ação é balizada nos resultados da última Pesquisa de Satisfação dos Usuários – Serviços de Travessia (PSU-Travessia) realizada pela Agência.

Para as duas ações, os servidores da ANTAQ entrevistaram uma série de usuários. As perguntas foram sobre atualidade das embarcações, conforto, segurança, sustentabilidade, modicidade tarifária, cortesia, higiene, transparência e acessibilidade.

Maranhão-Tocantins

A travessia Carolina (MA) – Filadélfia (TO) caracteriza-se por um fluxo intenso de pessoas e veículos 24 horas por dia. A fiscalização no local foi feita no dia 8 de julho.

Durante o serviço foi constatado que a tabela de valores das passagens estava bem visível ao público na entrada do ponto de atracação e bem conservada. Além disso, o Termo de Autorização da ANTAQ também estava aparente.

Os fiscais averiguaram ainda que a documentação das balsas e dos rebocadores da empresa, a validade dos extintores de incêndio e a disponibilidade de coletes salva-vidas estavam em conformidade com os recomendados pela Agência.

Em relação ao livro de reclamações, no entanto, foi constatada irregularidade. O livro não estava exposto e estava danificado. Nesses casos a empresa responsável pela travessia é notificada pela ANTAQ.

Tocantins-Pará

A fiscalização feita na travessia que liga Xambioá (TO) – São Geraldo do Araguaia (PA) aconteceu no dia 9 de julho. O serviço no local também é 24 horas por dia e o transporte se estende de passageiros e veículos a cargas.

Durante o serviço feito pelos servidores da ANTAQ, também foram constatadas irregularidades com o livro de reclamações. A outra inconformidade encontrada foi em relação à identificação inadequada dos funcionários. Nesse caso a empresa também será notificada pela ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 18/07/2024

PORTO DE PARANAGUÁ BATE RECORDE NA MOVIMENTAÇÃO DE GRANÉIS SÓLIDOS

O complexo portuário registrou aumento de 10% na sua produtividade, mesmo no período das chuvas intensas



O grão de soja foi destaque na movimentação no primeiro semestre nos terminais paranaenses - Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Dados divulgados pela autoridade portuária, Portos do Paraná, indicam que a movimentação de granéis sólidos no porto de Paranaguá registrou um aumento de 10% na sua produtividade nos primeiros meses deste ano.

O número recorde é muito celebrado, pois veio do empenho de uma força-tarefa para que os trabalhos fossem mantidos, dentro do possível, mesmo com as frequentes chuvas no primeiro semestre de 2024. Em comparação com o mesmo período do ano passado, o volume de água nos primeiros seis meses deste ano aumentou 7% no município, equivalente a 54 dias de chuva.

Gabriel Perdonsini Vieira, diretor de Operações da Portos do Paraná, explicou o funcionamento das operações durante condições climáticas desfavoráveis. “Nossa movimentação é majoritariamente de



granéis para exportação e importação. A operação dos sólidos é desafiadora; se houver mofo, bolor ou umidade, a carga pode ser condenada. Quando o comando do navio identifica chuva ou alta umidade, os porões são fechados. Assim, soja, milho, farelo de soja, açúcar e até fertilizantes não podem ser manuseados em tempos chuvosos”, afirmou.

O diretor explicou que o aumento na produtividade está ligado aos dias favoráveis. “Produzimos de 220 a 230 mil toneladas em um dia sem chuva, mas apenas 20 a 30 mil toneladas em dias chuvosos. Compensamos nos dias produtivos”, afirmou Gabriel Vieira.

Números gerais

De janeiro a maio deste ano, a Portos do Paraná movimentou 16,8 milhões de toneladas em exportações, 715 mil toneladas a mais que em 2023. O grão de soja foi o que mais cresceu.

O açúcar a granel também aumentou, passando de 1.086 toneladas no ano passado para 2.212 em 2024, um aumento de 104%. A mercadoria ensacada manteve o mesmo percentual, chegando a 293.510 toneladas.

As operações de contêineres de carnes congeladas também cresceram, de 232.566 para 325.382 no primeiro semestre. “Mais da metade da movimentação nacional passou pelo porto paranaense. É um volume expressivo que demonstra a eficiência das nossas operações”, ressaltou Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente da Portos do Paraná.

Com informações da Portos do Paraná

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/07/2024

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E ÓRGÃOS DA AVIAÇÃO CIVIL LANÇAM PLANO AÉREO PARA TRANSPORTE DE PETS

Evento contará com a presença de entidades representantes da causa animal, parlamentares e empresas do setor aéreo

A elaboração de regras mais específicas para o transporte de animais no modal aéreo segue como prioridade para o Governo Federal. Os próximos passos para promover maior segurança e bem-estar aos pets nas aeronaves serão anunciados nesta quinta-feira (18) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O titular da pasta que coordena as ações que estão sendo desenvolvidas pelos agentes do setor aéreo em conjunto com a sociedade lançará, às 10h, na sala interativa do Bloco R, em Brasília, o comitê que atuará no Plano Aéreo de Transporte Animal.

Uma das ações prevista pela comissão, que será coordenada pela Anac, é análise das quase 3.400 contribuições encaminhadas pela sociedade, durante Consulta Setorial instaurada pela Anac, para aperfeiçoar o transporte aéreo de Pets. Esse é o maior número de manifestações recebidas pelo setor aéreo em consultas abertas à sociedade. As colaborações, recebidas pela Agência, incluem sugestões de médicos veterinários, entidades da sociedade civil, associações, empresas aéreas e profissionais do setor de aviação.

Ao final da análise, o Governo Federal criará regras que deverão ser observadas pelas companhias aéreas e pelos aeroportos brasileiros para melhorar as condições de voos de Pets e outros animais, minimizando eventuais riscos.

Cobertura da imprensa

O lançamento do comitê para elaboração de regras voltadas aos pets será realizado a partir das 10h, na sala interativa do Bloco R, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Não há necessidade de credenciamento. O evento será transmitido pelo YouTube do MPor (veja link abaixo).



Serviço

Lançamento do comitê para elaboração do Plano Aéreo de Transporte Animal

Quando: 18/7

Horário: A partir das 10h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, sala interativa - 6º andar

Link da transmissão: <https://www.youtube.com/live/eAuVS1DULUY>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/07/2024



Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

AO LADO DE LULA, RENAN FILHO PARTICIPA DE ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS PARA OBRAS NA VIA DUTRA E NA RIO-SANTOS

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa da cerimônia de anúncio de investimento para a execução de obras nas rodovias Presidente Dutra (BR-116/RJ/SP) e Rio-Santos (101/RJ/SP). O evento acontece nesta sexta-feira (19), em São José dos Campos, São Paulo, e terá a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os recursos para as melhorias serão aportados via financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à concessionária CCR, que administra as estradas.

As intervenções buscam oferecer maior segurança e fluidez a quem transita por essas rodovias, reduzindo o tempo de viagem, a emissão de poluentes e o custo do transporte.

Duas das rodovias brasileiras com maior fluxo de veículos, a Dutra e a Rio-Santos conectam importantes regiões metropolitanas do país. No caso da Rio-Santos, ela integra a BR-101, um dos principais corredores logísticos brasileiro por onde transita mais de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. De maneira semelhante, a Dutra é um vetor de desenvolvimento econômico.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa poderão fazer o cadastro para cobertura do evento em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/credenciamento/normas-de-credenciamento/passos-a-passos-credenciamento-de-imprensa-2024.pdf>

Serviço

O quê: Assinatura do Contrato de Financiamento do BNDES para Execução de Obras e Intervenções na Via Dutra e Rio-Santos

Quando: sexta-feira (19), às 10h

Onde: Hotel Nacional Inn - Av. Deputado Benedito Matarazzo, 9009, Jardim Oswaldo Cruz – São José dos Campos/SP

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/07/2024

Emissão recorde e investimentos estratégicos: Ministério dos Transportes define novos caminhos para debêntures da pasta

Com nova portaria, expectativa é que ativos de infraestrutura injetem R\$ 30 bilhões em projetos do setor até o fim do ano. Ao mesmo tempo, medida promove transparência, desburocratização, sustentabilidade e previsibilidade

Compartilhe: Compartilhe por Facebook Compartilhe por Twitter Compartilhe por LinkedIn Compartilhe por WhatsApp link para Copiar para área de transferência

Publicado em 18/07/2024 13h20 Atualizado em 18/07/2024 13h56

Antes, pelo menos dois meses de espera entre a solicitação da operadora e a emissão de uma debênture. A partir desta sexta-feira (19), prazo mínimo de apenas cinco dias. Essa é uma das muitas inovações que começam a valer com a publicação da Portaria nº 689/2024 do Ministério dos Transportes no Diário Oficial da União (DOU) de hoje. O documento foi assinado após amplo processo de consulta pública e estabelece novos requisitos e procedimentos para a emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, informa que a portaria corrige o que não estava funcionando no passado e cria dispositivos de sustentabilidade e transparência. “Estamos falando de previsibilidade para investidores, as novas regras simplificam todo o processo. Acredito que o mercado de debêntures tem um grande espaço para crescer nos próximos anos. A expectativa é de um aumento em até três vezes no volume de emissões, podendo alcançar R\$ 30 bilhões em novos investimentos até o final do ano, incluindo aí R\$ 24 bilhões em três otimizações de contratos de concessão rodoviária”, explicou.

A subsecretária de Fomento e Planejamento, Gabriela Avelino, completou falando sobre a velocidade do novo procedimento para as emissões: o Ministério terá cinco dias para publicar uma nota técnica que ateste que o emissor possui toda a documentação necessária para comprovar que cumpre os requisitos necessários para a emissão. A iniciativa visa garantir segurança jurídica para que os investidores possam apresentar o requerimento de registro da oferta pública à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “Teremos um grande ganho na transparência e na agilidade, já que o texto dispensa a aprovação ministerial prévia no caso de concessões em estados e municípios. A portaria de debêntures também está atrelada à Portaria 622/2024, onde colocamos diretrizes para a alocação de, no mínimo, 1% da receita bruta do projeto para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável”, disse.

A regulação mencionada por Avelino, Portaria 622/2024, se refere a contratos de concessões rodoviárias federais e prevê o mesmo 1% mínimo de investimento destinado para investimentos em infraestrutura sustentável nas rodovias. Dentro dos critérios de sustentabilidade, as debêntures de infraestrutura têm potencial para atrair capital estrangeiro: de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), investimentos em infraestruturas verdes conseguem gerar, até 2030, cerca de 4,1 bilhões de dólares em benefícios líquidos para os países que o fizerem. As debêntures de infraestrutura, atreladas a critérios de sustentabilidade, podem contribuir para a ampliação das opções de financiamento do setor e para a geração de benefícios econômicos e sociais relevantes.

Esse viés sustentável das debêntures se conecta diretamente a outro ponto importante no novo texto, destacado por Santoro: a portaria se enquadra no hedge cambial, uma prática financeira que busca amparar investidores contra incertezas da flutuação nas taxas de câmbio. “Isso abre uma janela importante para novos investidores internacionais: uma questão muito relevante para aumentar a competitividade dos projetos”, disse. Em comparação com os anos anteriores, o salto é visível em 2024 mesmo com apenas metade do ano transcorrido.



Sustentabilidade, desburocratização e transparência

A portaria aborda responsabilidades ambientais, exigindo que os projetos de investimentos necessários para a emissão de debêntures prevejam mecanismos de redução de gases causadores do aquecimento global, transição para energias mais limpas e melhoria da infraestrutura para enfrentar as mudanças climáticas. Além disso, é fundamental a implementação de sistemas de

gestão para mitigar os impactos em comunidades afetadas.



Sobre iniciativas de investimento relacionados à autorização ferroviária, é exigida uma licença prévia ambiental. Esse mecanismo garante que não haverá múltiplas emissões de debêntures para autorizações ferroviárias coincidentes, o que racionaliza o uso da malha.

Outro ponto importante no texto é a desburocratização. A documentação requisitada, por exemplo, foca no acompanhamento e monitoramento, sendo avaliada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Banco Central. Esta medida fortalece a política pública e garante que os projetos de investimento sejam executados de forma transparente. Os processos administrativos de enquadramento, acompanhamento e fiscalização dos projetos de investimento para emissão de debêntures ainda serão de acesso público. Isso permitirá que o mercado e a sociedade monitorem de perto os procedimentos de emissão e fiscalização das debêntures.

Além disso, o representante legal do projeto terá acesso ao processo dentro de um dia útil após a apresentação da documentação necessária. O texto estabelece prazos para todas as etapas dos procedimentos de enquadramento e fiscalização, gerando previsibilidade para o mercado e agilidade na atuação do Poder Público.

Ainda de acordo com a portaria, o emissor deve informar à Subsecretaria de Fomento e Planejamento a quantidade de debêntures para cada projeto de investimento em até trinta dias úteis após o encerramento da oferta pública. Em caso de complementos ou alterações no contrato, o interessado deve solicitar as mudanças diretamente à Subsecretaria de Fomento e Planejamento.

O que são Debêntures?

Debêntures são instrumentos financeiros, conhecidos como títulos de crédito. São uma forma inovadora para financiar o crescimento sustentável. Mas como exatamente funcionam esses títulos de dívida e quais são suas principais diferenças?

Debêntures Incentivadas: Impulsionando Investimentos

As debêntures incentivadas atraem investidores para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, oferecendo isenções fiscais para pessoas físicas e jurídicas. Isso reduz a carga tributária sobre os rendimentos, enquanto os recursos captados são direcionados a projetos previamente aprovados pelo governo, garantindo investimentos em áreas essenciais para o desenvolvimento nacional. Além das isenções fiscais, essas debêntures oferecem segurança aos investidores.

Debêntures de Infraestrutura: Foco em Projetos Estratégicos

Essas debêntures financiam projetos de infraestrutura considerados estratégicos pelo governo federal. Os projetos selecionados devem demonstrar grande impacto socioeconômico e alinhamento com as metas de desenvolvimento sustentável do país. Diferente das debêntures incentivadas, essas debêntures focam em setores prioritários como energia renovável, saneamento básico e mobilidade urbana.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/07/2024



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO BATE RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Redação Portogente

Ao todo foram movimentadas 760 mil toneladas no primeiro semestre, 57% mais que no mesmo período de 2023

Levantamento realizado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), empresa pública vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil),

mostra que a movimentação de cargas no Porto de São Sebastião bateu um novo recorde histórico no primeiro semestre deste ano. Ao todo, foram movimentadas 760 mil toneladas, 57% mais que no mesmo período de 2023.

Entre as principais cargas transportadas estão o açúcar a granel, com 287,5 mil toneladas; seguido de barrilha a granel, matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens, com 190,3 mil toneladas; e o coque de petróleo a granel, com 107,5 mil toneladas.



Foto: Divulgação

"A ampliação da disponibilidade das áreas para armazenagem despertou o interesse de mais importadores e exportadores, que passaram a utilizar o porto de São Sebastião como alternativa logística. O açúcar a granel e o coque são exemplos de novas cargas", explica o diretor-presidente da CDSS, Ernesto Sampaio. Segundo ele, foi autorizada a montagem de 11 novos armazéns, que foram instalados pelos operadores portuários, perfazendo 14

estruturas.

Ernesto observa, ainda, que foram feitos investimentos em melhorias importantes para o Porto, como a reforma do centro de controle operacional, a pavimentação de pátios de armazenagem e das vias de acesso terrestre, um novo sistema de automação da porta de acesso ao Porto e o monitoramento por circuito fechado de TV. "Também fizemos obras de ajuste e cumprimento de requisitos de segurança e alfandegamento e implementamos novo sistema de combate a incêndios", afirma.

O Porto de São Sebastião tem acesso facilitado por meio da rodovia dos Tamoios, que está interligada aos principais acessos do estado de São Paulo, e também pela proximidade com a malha ferroviária e o Aeroporto Internacional de São José dos Campos. A obra do Contorno de São Sebastião na Tamoios está na fase final de execução pelo Governo de São Paulo e prevê uma alça exclusiva ao Porto, facilitando o acesso e evitando a interferência no trânsito urbano.

Está em fase de modelagem processo de arrendamento que permitirá a atração de mais investimentos. "A consulta pública está em fase de preparação e deve ser publicada em breve", ressalta a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. Segundo ela, no contexto do novo Plano Estadual de Logística e Investimento, que está em desenvolvimento e tem o objetivo de integrar os diversos modais, o Porto tem papel fundamental no escoamento de cargas para exportação, junto com o Porto de Santos.

Recentemente, em abril, o Porto aderiu à Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos, que permite a troca de experiências e a realização de ações para acelerar a descarbonização do setor marítimo e portuário. Como primeira ação desse compromisso, passou a aplicar descontos na tarifa portuária para as embarcações que tenham sustentabilidade e eficiência energética, e que comprovem ter baixas emissões de gases de efeito estufa. "Essas iniciativas estão alinhadas com nosso compromisso de promover o desenvolvimento sustentável em São Paulo", enfatiza a secretária.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 18/07/2024

TCP RECEBE CERTIFICAÇÃO ISO 45001 E REFORÇA COMPROMISSO COM SEGURANÇA

Redação Portogente

Redução de riscos ocupacionais e capacitação para melhorar a cultura de segurança estão entre os principais benefícios

A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, conquistou em março deste ano a certificação ISO 45001, reforçando seu compromisso com a saúde, bem-estar e na segurança ocupacional, atuando para identificar os riscos associados ao trabalho e a adotar medidas preventivas para evitá-los. Além dela, o Terminal também possui as certificações ISO 9001 (Gestão de Qualidade) e ISO 14001 (Gestão Ambiental).

Kayo Zaiats, gerente de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente da TCP, destaca que receber essa certificação foi um marco significativo: "implementamos treinamentos regulares de segurança, procedimentos de emergência e auditorias periódicas para garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para todos. Criamos uma cultura de segurança entre os colaboradores, na qual todos os processos são continuamente avaliados e aprimorados para eliminar ou minimizar perigos e riscos."



Foto: Divulgação

Cuidado com o meio ambiente

Já a certificação ISO 14001 atesta o sistema eficaz de controle dos impactos ambientais da operação, abrangendo aspectos como consumo de energia, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e utilização de recursos naturais. A TCP foi uma das primeiras empresas no Brasil a implementar um Sistema de Gestão Ambiental certificado pela Norma ABNT, há quase 20

anos.

"Nosso terminal possui políticas socioambientais muito bem definidas. Além do controle das nossas emissões, também promovemos a educação ambiental dos colaboradores por meio de treinamentos, palestras, campanhas e eventos regulares, como a Semana Interna do Meio Ambiente (SIMA), a Remada Ambiental, o treinamento dos agentes ambientais, e ações de conscientização como o Dia da Árvore, Dia Mundial sem Carro, entre outros", conta Zaiats.

Estas ações fortaleceram os laços com a comunidade em Paranaguá, aumentando a confiança e a colaboração com iniciativas ambientais locais. No último ano, esse compromisso foi reconhecido com o prêmio Top-Of-Mind na categoria de empresa sustentável, consolidando a posição da TCP como operador responsável no setor portuário.

Gestão da qualidade e continuidade dos negócios

O Terminal também possui a certificação ISO 9001 desde 2003. Este certificado atesta a eficiência estratégica e operacional da TCP, assegurando os padrões mais altos de qualidade em nossos processos para atender as necessidades e expectativas dos nossos clientes e stakeholders, reafirmando o compromisso com a continuidade do negócio e melhoria contínua dos processos.

Washington Renan Bohnn, gerente de recursos humanos e qualidade da TCP, enfatiza: "Entendemos que o foco no cliente é essencial, o que nos impulsionou a aprimorar nossa interação e a coletar feedbacks construtivos. Ao longo dos anos, implementamos diversas mudanças, especialmente na padronização dos processos e no cultivo de uma mentalidade coletiva voltada para o desenvolvimento de negócios e na entrega de melhores resultados".

Em conjunto, essas certificações estabelecem a TCP como organização comprometida com práticas seguras, sustentáveis e de qualidade, promovendo não apenas conformidade, mas também progresso contínuo em todas as suas frentes de atuação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 18/07/2024

PORTO DE SANTOS ESTÁ LONGE DO FUTURO

Editorial Portogente

Todas as empresas devem melhorar de forma contínua a eficácia operacional das suas atividades (Michael Porter)

Trata-se de uma opinião experiente e bem informada, a do ex-secretário Nacional de Portos e Economista Fabrizio Pierdomenico, ao afirmar que o Porto de Santos bate recordes de movimentação, apesar dos gargalos existentes na sua logística. E propõe uma articulação dos governos Federal, Estadual e Municipal, para evitar que o principal porto do Brasil entre em colapso. Como causa, aponta a deficiência de estrutura de acesso rodoviário e ferroviário, a mesma de vinte anos atrás.



Foto: Leonardo Bastos

Ver mais: A presença dos chineses nos portos do Brasil - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116004-a-presenca-dos-chineses-nos-portos-do-brasil>

Como ponto de entrada e saída de importante valor em mercadorias, tais resistências causam impactos econômicos severos, tanto regional quanto nacional e globalmente. Visto que, segundo dados da Conferência das Nações Unidas, mais de 80% do comércio mundial é transportado por via marítima. Quanto a articulação de esforços proposta, por Fabrizio, para que o porto não entre em colapso, não é um objetivo trivial.

Ver mais: O governo Lula e a regionalização dos portos brasileiros - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115980-o-governo-lula-e-a-regionalizacao-dos-portos-brasileiros>

Entretanto, face à concorrência dos robustos investimentos chineses em logísticas na América do Sul, compete ao Conselho de Autoridade Portuária – CAP, conforme o art. 36 do Decreto nº 8.033/2013, sugerir medidas que visem estimular a competitividade e ações de interesse do porto. Os graves gargalos apontados prejudicam a racionalização e a otimização das operações portuárias, ao mesmo tempo que enfraquecem a competitividade. Visto que da sua constituição participam representantes dos três níveis de poder, conforme proposto por Fabrizio; uma comissão comprometida com o futuro.

Ver mais: CAP deliberativo é a voz da comunidade portuária - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114640-cap-deliberativo-e-a-voz-da-comunidade-portuaria>

Tal iniciativa, precisa se constituir num documento de uma nova modelagem do Porto de Santos. Sem o qual, permanece a cultura à la carte vigente, permissível e sem contexto, como se assiste na tentativa de renovar o terminal da Ecoporto, sem licitação e sem prevalecer os interesses do complexo portuário. Não é possível pensar no Porto de Santos sem um propósito, com prioridade, que seja a solução dos acessos, eliminando os gargalos e promover a expansão, com forte participação da iniciativa privada.

Ver mais: Renovar o contrato da Ecoporto atrasa o Brasil - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115955-renovar-o-contrato-da-ecoporto-atrasa-o-brasil>

Minuciosa radiografia sobre a produtividade do principal complexo portuário nacional vai permitir formular diretrizes estratégicas e implantar, bem como monitorar, um plano de ações contemplando os interesses do comércio marítimo do Brasil. Há muito a ser feito para o Porto de Santos do futuro,



levando em conta as previsões de fenômenos naturais. No entanto, está exposta uma realidade de que sequer a lição do passado está pronta.

Ver mais: *Brasil celeiro do mundo movido a energia solar – Portogente*

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115912-brasil-celeiro-do-mundo-movido-a-energia-solar>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 18/07/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INCLUSÃO FEMININA NO SETOR PORTUÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Um importante passo foi dado nesta quarta-feira, dia 17, no Porto de Santos (SP), para se ampliar a diversidade, a equidade e a inclusão no mercado de transportes nacional. Nessa data, a Brasil Terminal Portuário (BTP), que opera um dos principais terminais de movimentação de contêineres do cais santista, formou a primeira turma de seu projeto "BTP com Elas", um curso de capacitação gratuito voltado à inserção de mulheres no setor portuário. A cerimônia aconteceu nas próprias instalações da empresa.

No total, 68 mulheres, todas moradoras da região da Baixada Santista, receberam certificados após completarem dois meses de aulas intensivas. O curso incluiu atividades teóricas, dinâmicas em grupo e rodas de conversa sobre temas cruciais para a formação de profissionais da área portuária, como Porto e Equipamentos, Protagonismo, Gestão Financeira, Tecnologia e Inovação, Automação Portuária, Segurança Psicológica, Meio Ambiente, Negócios do Porto, Comunicação, Gestão de Projetos e Autoconhecimento.

A iniciativa atraiu mais de mil inscritas. A participação voluntária de mulheres que já atuam no setor como professoras, após capacitação oferecida pela BTP, reforça o compromisso da empresa com a promoção da diversidade e inclusão.

Elizabeth Alves da Silva, uma das formandas, exemplifica o impacto transformador do curso. Aos 42 anos e sem experiência prévia no setor portuário, ela agora se sente preparada e motivada para ingressar em um campo tradicionalmente dominado por homens. Sua história é um testemunho inspirador da força e determinação das mulheres que desejam romper barreiras e conquistar seu espaço.

A importância desta iniciativa não pode ser subestimada. O setor portuário, historicamente masculinizado, necessita urgentemente de uma mudança cultural que promova a equidade de gênero. Ações como a da BTP demonstram que é possível e necessário investir na capacitação e inclusão de mulheres, oferecendo oportunidades reais e promovendo um ambiente de trabalho mais equilibrado e justo.

Outras empresas do setor devem seguir este exemplo e adotar programas semelhantes. A promoção da diversidade não só enriquece o ambiente de trabalho, mas também contribui para a inovação e eficiência, fatores cruciais para o crescimento sustentável. Iniciativas como a da BTP são passos essenciais para um futuro mais inclusivo e próspero no setor portuário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PARCERIA 1

O Cubo Maritime & Port, hub de inovação dos setores marítimo e portuário criado por Cubo Itaú, Hidrovias do Brasil, Porto do Açú e Wilson Sons, firmaram uma parceria com o hub Port Innovators Network (PIN), formado pelos portos de Hamburgo (Alemanha), Valencia (Espanha) e Halifax (Canadá). O PIN tem como objetivo impulsionar ações de inovação no mercado portuário internacional, aproximando comunidades para realizar benchmarks e compartilhar ideias, resultados de projetos, experiências de inovação, metodologias e melhores práticas.

PARCERIA 2

Com 24 startups, o Cubo tem avançado no desenvolvimento de novas tecnologias e ao reduzir os gargalos logísticos nacionais - no Porto de Salvador (BA), uma de suas participantes desenvolveu um sistema que permitirá ao terminal de contêineres local receber navios de maiores dimensões sem ter de ampliar a profundidade de seus acessos marítimos. As empresas reunidas no Cubo faturaram R\$ 119 milhões no ano passado, 40% a mais do que no exercício anterior, quando contabilizaram R\$ 86 milhões.

PARCERIA 3

O CEO do Cubo, Paulo Costa, destacou a importância da parceria com o PIN. “Parcerias como essa comprovam a relevância do trabalho diário para fomentar setores tão relevantes para o desenvolvimento do Brasil como é o marítimo e o portuário. Inovação aberta é isso, unir esforços com o intuito de conectar empreendedores tecnológicos aos desafios de mercado, potencializando o impacto em uma escala global”, afirmou.

SEMESTRE COM RECORDE 1

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, fechou o primeiro semestre do ano com um recorde histórico, movimentando 760 mil toneladas de cargas. O total é 57% maior do que o registrado nos primeiros seis meses de 2023. Entre os principais produtos operados, estão o açúcar a granel, com 287,5 mil toneladas, e a barrilha a granel, matéria-prima crucial para a produção de vidros e embalagens, com 190,3 mil toneladas.

SEMESTRE COM RECORDE 2

O diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião, Ernesto Sampaio, atribuiu o recorde de movimentação ao aumento da capacidade de armazenagem do porto, que tem atraído mais importadores e exportadores. “A ampliação das áreas disponíveis despertou o interesse de novos players, impulsionando o uso do Porto de São Sebastião como uma alternativa logística viável. Produtos como açúcar a granel e coque de petróleo são exemplos das novas cargas movimentadas”, explicou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/07/2024

INTERNACIONAL - BRASIL E ITÁLIA FECHAM ACORDO PARA CONVERSÃO DE CNH NOS DOIS PAÍSES

Após a assinatura dos presidentes, em Brasília, o acordo precisa ser aprovado pelo Congresso para entrar em vigor

DA REDAÇÃO redacao.jornal@redebeneews.com.br



O acordo foi celebrado durante a visita do presidente da Itália, Sergio Mattarella, que foi recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Itamaraty, em Brasília

Brasileiros residentes na Itália agora têm um novo benefício: a conversão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) brasileira para a Patente di Guida, equivalente italiana da habilitação. O acordo entre os governos dos dois países foi renovado na segunda-feira (15). A nova

regra permite que brasileiros com CNH válida e residência na Itália há menos de seis anos solicitem o documento italiano sem precisar frequentar autoescola ou realizar exames práticos e teóricos. Atualmente, estima-se que mais de 100 mil brasileiros vivam na Itália.

A norma também beneficia italianos residentes no Brasil, cerca de 800 mil segundo a Embaixada da Itália. Após a assinatura, o acordo precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor. “Uma assinatura importante, coroando cerca de um ano e meio da nossa equipe do Ministério dos Transportes, seguindo a linha da reinserção do Brasil no cenário internacional”, afirmou Adrualdo Catão, secretário nacional de Trânsito. O ministro em exercício, George Santoro, destacou a conclusão desta etapa, mencionando que outros acordos virão.

O acordo foi celebrado durante a visita do presidente da Itália, Sergio Mattarella, que foi recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Itamaraty, em Brasília (DF). “A maior força propulsora dos vínculos entre Itália e Brasil são nossas sociedades, e é do nosso interesse aproximá-las com medidas simples que apoiem o intercâmbio. Por isso, estou satisfeito com a assinatura hoje de acordo de reconhecimento recíproco de carteira de habilitação”, declarou Lula. “Espero que esse instrumento incentive negócios, facilite a rotina dos brasileiros que vivem na Itália e dos italianos que moram no Brasil”, completou.

Regras

Para os brasileiros na Itália, a conversão da CNH deve ser solicitada à Motorizzazione Civile do local de residência. O acordo permite a conversão apenas para condutores das categorias A e B, excluindo as categorias C, D e E, que ainda exigem cursos de especialização.

Confira os principais requisitos para conversão da CNH pelo acordo bilateral:

- A carteira deve ser definitiva e estar em vigor, carteira não pode ser provisória;
- Residir em um dos países parte do acordo há menos de seis anos, tendo como referência a data em que apresenta o pedido de conversão;
- Idade mínima estabelecida pelos respectivos regulamentos internos no que se refere à emissão da categoria de habilitação para a qual solicita a conversão;
- Autoridades competentes podem exigir do solicitante atestado médico comprovando a posse de requisitos psicofísicos necessários para as categorias de habilitação solicitadas;
- Restrições de condução e sanções previstas com relação à data de emissão da habilitação pelas regras internas das partes são aplicadas na nova carteira de habilitação, tendo como referência a data da primeira emissão da CNH;
- O acordo aplica-se exclusivamente às CNHs emitidas antes da obtenção da residência por parte do titular no território da outra parte;
- O acordo não se aplica a CNHs obtidas em substituição a documento expedido por terceiros estados e não conversível no território da parte que deveria fazer a conversão.

CNH em Portugal

Em 2023, foi assinado um acordo entre Brasil e Portugal que permite o uso da CNH brasileira por residentes em Portugal, e vice-versa. Assim, brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil podem dirigir sem trocar o documento de habilitação, utilizando a CNH do país de origem até a validade original. Este acordo também aguarda ratificação pelo Congresso Nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

NACIONAL - BRASIL EXPORT REÚNE PRESIDENTES DA CNT E CNI EM BRASÍLIA

Às vésperas do Norte Export, presidentes das duas entidades destacaram a importância de se discutir expectativas e soluções para o setor

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redenebnews.com.br



Presente na reunião, o presidente da CNT, Vander Costa, afirmou que o Norte Export é primordial para se discutir as expectativas do setor. Foto: Divulgação

O Conselho Nacional do Brasil Export reuniu na quarta-feira, dia 17, em Brasília (DF), alguns dos principais representantes do setor de infraestrutura. Entre eles o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

No evento também estiveram presentes conselheiros nacionais e regionais para alinhar os últimos ajustes do Norte Export, que será realizado em Palmas (TO) nos próximos dias 22 e 23. Entre os principais intuitos do fórum regional está a colaboração ativa para o desenvolvimento da infraestrutura, do transporte terrestre e da navegação interior em uma região que tem vocação natural para a logística de cargas e de passageiros.

Para o presidente da CNT, Vander Costa, o encontro é primordial para discutir as expectativas do setor. “Todas as pessoas estão preocupadas em encontrar alternativas para promover o crescimento e desenvolvimento econômico e social do Brasil. Portanto, estamos aqui junto com a CNT, que cuida dos transportes, para verificar o que é possível fazer para que o Brasil possa ter um crescimento sustentável atualmente”, afirmou.

Na visão dele, é sempre importante tratar do transporte, da multimodalidade e da integração dos transportes como um todo. “Essa preocupação da CNT visa viabilizar que a indústria produza, que possamos transportar insumos e produtos acabados, e que a agricultura continue se desenvolvendo. O transporte é fundamental para tornar isso uma realidade”, completou.

Na ocasião, o presidente da CNI, Ricardo Alban, se tornou o mais novo membro do Conselho do Brasil Export. Para ele, “todos os atores que fazem parte do conceito de desenvolvimento econômico do Brasil precisam se unir”.

“A importância de interagirmos e criarmos cumplicidade é para termos mais convergências do que divergências. A indústria, por exemplo, é um verdadeiro parque de divergências, pois competimos entre nós mesmos na cadeia produtiva. O agronegócio já não enfrenta tanto esse problema. O comércio tem um pouco desse problema e o setor de serviços também”, disse Alban.

O presidente da CNI também considera essencial a interatividade para o funcionamento da infraestrutura. “Estamos aqui com a CNT, com a CNI, e precisamos de logística e transporte, seja para o comércio, para a indústria ou para a exportação. Há uma interatividade completa que nos permite aproveitar momentos favoráveis que as comunidades econômica, industrial e internacional estão proporcionando ao Brasil. Assim, podemos criar condições de ter respostas mais rápidas e sermos mais assertivos com as políticas públicas”, destacou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

INOVAÇÃO - EM LIVE, ATP DISCUTE SEGURANÇA CIBERNÉTICA NO SETOR PORTUÁRIO

Iniciativa está alinhada com as ações da instituição e com o guia de boas práticas da segurança portuária e aduaneira

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebnews.com.br



Perito em cibersegurança disse que não existe um perfil mundial de referência para o setor, sendo necessário ampliar a conscientização sobre o tema, com mais empresas envolvidas (Foto: Divulgação)

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) promoveu, nesta quarta-feira (17), um debate sobre a importância da segurança cibernética no setor aquaviário.

A live foi organizada pelo Comitê de Segurança da instituição. Carlos Albuquerque, especialista em Proteção Digital de Negócios, destacou os

diversos fatores que podem comprometer os controles das autoridades portuárias. “Deficiências cibernéticas existem: atualizações que surgem, implantação de multifatores e tecnologia operacional conectada à rede que tem sido alvo frequente dos hackers”, detalhou.

Albuquerque frisou que não existe um perfil mundial de referência para o setor, sendo necessário ampliar a conscientização sobre o tema, com mais empresas envolvidas em entender os impactos que podem afetar os empreendimentos portuários. Ele mencionou que uma boa análise sistêmica pode gerar abordagens eficazes para o gerenciamento de risco, com foco nas operações de portos e navios.

“Sistemas econômicos são complexos, e as avaliações de risco devem ser baseadas nos contextos operacionais de cada regulação estratégica. É importante entender o perfil financeiro, a exposição e a atividade econômica de cada porto”, afirmou Albuquerque.

Em 2023, foi criada a Resolução CONARQ nº 53, que define os requisitos mínimos de preservação digital para websites e mídias sociais a serem adotados pelos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar).

O perito em cibersegurança explicou que não existe um estereótipo para hackers e que o potencial de ameaças está em todo lugar. Além das perdas financeiras, ataques cibernéticos podem causar interrupções na cadeia de suprimentos, dado que o transporte marítimo é responsável por 90% da carga no mundo.

“Esse tipo de ataque pode ter um efeito significativo na economia global, impactando indústrias e meios de subsistência. Os impactos incluem perda de dados e de disponibilidade, paralisação das operações, danos à vida e ao meio ambiente, além da quebra de privacidade e confidencialidade nas operações das empresas”, disse Albuquerque.

Segundo a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), a iniciativa está alinhada com as ações da instituição e com o guia de boas práticas da segurança portuária e aduaneira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

NORTE EXPORT - RECONSTRUÇÃO DA BR-319 SERÁ UM DOS PRINCIPAIS TEMAS DO NORTE EXPORT

Recuperação da rodovia que liga Manaus a Porto Velho é uma das prioridades do governo, mas há diversos embates ambientais

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



Reconstrução da rodovia federal é vista como fundamental para o escoamento de produtos e melhor acesso aos serviços da Amazônia (Foto: Divulgação/Ministério dos Transportes)

A reconstrução da BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), é uma prioridade para o governo federal, segundo relatório do Ministério dos Transportes sobre sua recuperação. A rodovia é vista como crucial para a integração e desenvolvimento da Amazônia, facilitando o

escoamento de produtos e o acesso a serviços.

A via é o principal acesso terrestre destes estados com o restante do país e será um dos temas a serem debatidos no Norte Export 2024, que acontece entre os dias 22 e 23 de julho, em Palmas, no Tocantins.

O fórum, organizado pelo Grupo Brasil Export, é crucial para discutir temas vitais de logística, infraestrutura e transportes na região Norte do Brasil. É promovido pela Bossa Marketing e Eventos, com cobertura oficial da Rede BE News.

Construída nos anos 1970, ainda durante a ditadura militar, e depois abandonada pelas gestões posteriores, a BR-319 possui 880 km e atravessa uma região rica em biodiversidade na Amazônia. Cientistas alertam para a pressão do desmatamento e do agronegócio na área. Atualmente, só os trechos próximos a Porto Velho e Manaus são trafegáveis. O “trecho do meio”, de 400 km, fica intrafegável na estação chuvosa. Em 2023, o governo Lula incluiu sua reconstrução entre os projetos prioritários.

Há uma disputa interna no governo em relação ao asfaltamento. Há um mês, o Grupo de Trabalho (GT) formado para discutir as intervenções na rodovia defendeu o asfaltamento do chamado Trecho do Meio, que vai da Ponte sobre o Rio Jordão ao entroncamento com a BR-230 (km 250 ao km 655,7).

De acordo com o ministro dos Transportes, Renan Filho, há espaço para a realização do projeto com sustentabilidade. O titular da pasta afirma que a rodovia terá cercamento em áreas de floresta, com passagem de fauna subterrânea e aérea.

“O estudo que tornamos público envolveu uma escuta ampla. Ouvimos o Ministério do Meio Ambiente e outros ministérios e órgãos envolvidos, ouvimos a sociedade, tivemos audiências públicas na região amazônica e chegamos à conclusão de que este caminho é possível. No passado, a estrada já foi parcialmente asfaltada, mas houve involução com a falta de cuidados. Agora temos licenciamento para parte da obra e estamos esperando a licença para o restante”, disse Renan Filho, à época do lançamento do relatório.

O debate em torno da recuperação e pavimentação da BR-319 se estende há duas décadas. No relatório, o grupo de trabalho considera que os trechos sem pavimentação trazem condições precárias de infraestrutura, falta de segurança e altos custos de manutenção. Destaca, ainda, que a pouca acessibilidade e, conseqüentemente, a menor presença do Estado, reforçam a criminalidade e o desmatamento.



A pavimentação da BR-319 não está prevista no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Governo justifica que a questão ambiental do trecho é muito crítica e prefere esperar os estudos a respeito do local.

O GT do Ministério dos Transportes foi criado em novembro de 2023. Segundo o relatório, para que haja as intervenções na BR-319 são necessárias “inovações tecnológicas de monitoramento e controle de passagens, colocação de 500 quilômetros de cercamento para garantir a preservação ambiental no Trecho do Meio e implementação de 172 passagens de fauna”.

A ideia é criar, ainda, mais uma unidade de conservação e dois portais de fiscalização, sendo um no início e outro na chegada do Trecho do Meio – este, corresponde à área com maior adensamento vegetal da BR-319.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

NACIONAL - PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2024

Programação Norte Export 2024

22 de Julho Segunda-feira	23 de Julho Terça-feira
07h45 Saída do veículo oficial do Girassol Plaza Hotel	09h00 Credenciamento e início da transmissão pela TV BE News
08h30 Recepção e visita ao Terminal Multimodal da VLI	09h30 Palestra de abertura: Luiz Lessa, Presidente do Banco da Amazônia
10h30 Visita ao terminal de granéis líquidos da Norship/Granel Química	10h00 Painel 2 – Desenvolvimento de novos negócios e criação de corredores logísticos inteligentes
12h30 Almoço oficial	Moderação: Leopoldo Figueiredo
14h30 Credenciamento e início da transmissão pela TV BE News	Debatedores:
15h00 Palavras de boas-vindas de autoridades do Conselho Nacional do Brasil Export	● Carlos Humberto Lima
15h15 InfraJur – Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes	● Edson Souki
Palestra especial: Jhonathan de Jesus, Ministro do TCU	● Helano Gomes
17h00 Coffee break	● Manoel Ferreira
17h30 Painel 1 – Desenvolvimento das conexões do transporte aquaviário na região Norte	● Representante da Energisa Tocantins
Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News	11h00 Coffee break
Debatedores:	11h30 Painel 3 – Descarbonização no setor de transportes e incentivos ao desenvolvimento sustentável
● Dino Batista	Moderação: Leopoldo Figueiredo
● Wilson Lima Filho	Debatedores:
● Renato Freitas,	● Felipe Queiroz
● Sergio Aquino	● Anderson Abreu
18h30 Sessão solene de abertura	● Daniel Munhoz
Presença de diversas autoridades, incluindo Silvio Costa Filho, Wanderlei Barbosa e outros	● Davi Barreto
20h30 Jantar de abertura para os inscritos (oferecimento VLI)	12h30 Palestra de encerramento: IBAMA
23h30 Retorno do veículo oficial para o Girassol Plaza Hotel	13h00 Almoço de encerramento (oferecimento Ultracargo)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

REGIÃO SUDESTE - INICIATIVA DA BTP CAPACITA MULHERES PARA ATUAREM NO SETOR PORTUÁRIO

BTP com Elas é um curso gratuito que tem o objetivo de contribuir para a inserção de mulheres no mercado de trabalho

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.jose@redebenews.com.br

A Brasil Terminal Portuário (BTP) realizou, nesta quarta-feira (17), a formatura da primeira turma do BTP com Elas, curso de capacitação gratuito da empresa voltado à inserção de mulheres no setor portuário. A cerimônia foi feita no terminal de contêineres da companhia, localizado na margem direita do Porto de Santos (SP). O evento contou com a presença de diretores da BTP, familiares das formandas, professoras, funcionários e demais convidados.



Ao todo, 68 alunas da primeira turma da iniciativa BTP com Elas se formaram e receberam certificado após dois meses de capacitação (Foto: Divulgação/BTP)

No total, 68 mulheres, todas moradoras da região da Baixada Santista, no litoral de São Paulo, receberam o certificado da iniciativa após dois meses de aulas, atividades teóricas, dinâmicas em grupo e rodas de conversa sobre diversos temas importantes e abrangentes para a formação de profissionais da área.

As aulas trataram de temas como Porto e Equipamentos, Protagonismo, Gestão Financeira, Tecnologia e Inovação, Automação Portuária, Segurança Psicológica, Meio Ambiente, Negócios do Porto, Comunicação, Gestão de Projetos, Autoconhecimento, entre outros.

Todas as aulas foram ministradas voluntariamente por mulheres que atuam no setor e trabalham no terminal portuário. As professoras passaram por uma capacitação conduzida pela BTP para darem aulas.

A coordenadora de RH da BTP e idealizadora do projeto, Karina Keller Borges, destacou a importância da iniciativa e abordou o processo seletivo, que teve a participação de mais de mil inscritas.

“A primeira turma foi um sucesso. Inicialmente pensamos em 40 [participantes] e trouxemos 80. Realmente fizemos uma força-tarefa. Vamos dar continuidade, não vamos parar. Nossa ideia é trabalhar cada vez mais, compartilhando conhecimento, empoderando essas mulheres e mostrando que, sim, é possível, e temos que trabalhar para sermos protagonistas da nossa carreira, sermos agentes de transformação, para que, cada vez mais, tenhamos um ambiente equilibrado”, disse.

Elizabeth Alves da Silva tem 42 anos e nunca trabalhou no Porto, apesar de cultivar o sonho de atuar no setor há muito tempo. Após a formação, ela pretende abraçar a oportunidade e se inserir de vez na área.

“Quero conhecer essa área, que é bem masculina, me vejo uma menina, mas quero conhecer essa área operacional. Ter a força que a mulher tem. Estou muito feliz”, celebrou

O BTP com Elas integra o programa de diversidade, equidade e inclusão da empresa. A iniciativa visa promover as práticas de ESG no terminal e trazer mais mulheres para os portos, setor que ainda é bastante masculino.

Segundo o gerente de RH da BTP, Cláudio Scalise, os programas desenvolvidos pela empresa têm o objetivo de incentivar outras empresas, promovendo uma mudança dentro do setor.

“Nós queremos que o setor portuário realmente mude o seu contexto, saia do contexto masculinizado para um contexto misto, diverso. Precisamos trabalhar em inclusão de cor, sexo, raça e gênero. Precisamos aumentar a amplitude dessa inclusão, mas não somente fazer discurso, queremos efetivamente ter as ações concretas e efetivas quando se fala em inclusão e diversidade”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

PORTO DE SANTOS - NOVO CASO DE MALÁRIA É REGISTRADO EM NAVIO FUNDEADO EM SANTOS

É o segundo caso confirmado em uma mesma embarcação e o terceiro só neste mês em navios prestes a atracar no porto

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Somente neste mês de julho foram confirmados três casos de malária em tripulantes de navios no Porto de Santos (Foto: Divulgação/APS)

Um segundo caso de malária foi confirmado no navio Common Galaxy, atualmente fundeado no Porto de Santos (SP). O navio, que passou pela Costa do Marfim, na África, teve mais um tripulante testando positivo para a doença. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o paciente não apresenta sintomas e está recebendo tratamento a bordo.

O primeiro caso de malária no Common Galaxy foi registrado em 7 de julho. Anteriormente, a Anvisa havia confirmado um caso em 4 de julho no navio Genco Picardy, que deixou o continente africano em 20 de junho. Os dois tripulantes, após apresentarem sintomas como febre e dores musculares, foram levados ao Hospital Beneficência Portuguesa de Santos.

“Na semana passada foram concluídas a desinsetização e a testagem de todos tripulantes do Genco Picardy e do Common Galaxy. A primeira embarcação não registrou novos casos, enquanto a Common Galaxy registrou um novo caso de malária, cujo paciente esta sendo tratado a bordo e sem sintomas”, informou a Anvisa por meio de nota.

O Common Galaxy permanece na área de fundeio do Porto de Santos. Inicialmente, a atracação estava prevista para segunda-feira, dia 15, mas a nova estimativa fornecida pela Autoridade Portuária de Santos é para o próximo domingo, dia 21. Quanto ao Genco Picardy, a expectativa é que o navio atraque nesta quinta-feira, dia 18, no Terminal Exportador de Açúcar de Guarujá (Teag).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

REGIÃO SUL - RUMO VAI APRESENTAR DIAGNÓSTICO DE DANOS AO MODAL FERROVIÁRIO NO RS

Cerca de 1,6 mil quilômetros de ferrovias da Malha Sul estão desativados desde antes das enchentes de maio

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br



A expectativa é que o relatório de danos esteja pronto em cerca de 20 dias (Foto: Divulgação/Rumo)

Dirigentes da Rumo Logística, concessionária que administra a Malha Sul, afirmaram que vão apresentar um diagnóstico dos danos causados pelas enchentes no modal ferroviário no Rio Grande do Sul. A expectativa é que o relatório esteja pronto em cerca de 20 dias.

Além das condições gerais, o documento deverá apresentar o detalhamento das estruturas afetadas e comprometidas pelas chuvas que atingiram o estado, conforme o vice-presidente da Rumo, Guilherme Penin.

De acordo com o Governo Estadual, dos 3,15 mil quilômetros de ferrovias concedidos à Rumo Malha Sul, cerca de 1,6 mil quilômetros estão desativados desde antes das enchentes registradas durante o mês de maio.

O assunto foi levantado durante reunião entre executivos da concessionária com o vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza, e demais secretários estaduais.

“Qualquer modal logístico que tenha sido impactado pelas enchentes precisa apresentar um diagnóstico de danos das suas estruturas. O que estamos sentindo falta em relação à malha férrea, sob administração da Rumo, é justamente isso. Só a partir desse levantamento é que podemos propor soluções e projetar ações condizentes para o modal, que já tinha necessidade de investimentos para modernização e retomada em diferentes trechos”, comentou o vice-governador.

Para acompanhar as demandas do setor ferroviário, o governo do RS criou o Departamento de Ferrovias, ligado à Secretaria de Logística e Transportes (Selt).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

NACIONAL - NOVA PORTARIA SIMPLIFICA EMISSÃO DE DEBÊNTURES PARA INFRAESTRUTURA

Expectativa do governo com simplificação é injetar R\$ 30 bi em projetos do setor até o fim do ano

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



A expectativa do governo é de um aumento em até três vezes no volume de emissões, podendo alcançar R\$ 30 bilhões em novos investimentos até o final do ano.
Foto: DER-ES/Divulgação

A partir desta sexta-feira (19), o prazo de espera entre a solicitação de uma operadora e a emissão de uma debênture, que era de até dois meses, poderá ser de apenas cinco dias, segundo o governo. Isso porque nesta quinta-feira (18) foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 689/2024 do Ministério dos Transportes, que promete, com a mudança, trazer mais previsibilidade e transparência aos investidores, ajudando a desburocratizar o setor de infraestrutura.

O documento foi assinado após amplo processo de consulta pública e estabelece novos requisitos e procedimentos para a emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura. A expectativa do governo é injetar pelo menos R\$ 30 bilhões em projetos do setor até o fim do ano.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, informou que a portaria corrige o que não estava funcionando no passado e cria dispositivos de sustentabilidade e transparência. “Estamos falando de previsibilidade para investidores, as novas regras simplificam todo o processo. Acredito que o mercado de debêntures tem um grande espaço para crescer nos próximos anos. A expectativa é de um aumento em até três vezes no volume de emissões, podendo alcançar R\$ 30 bilhões em novos investimentos até o final do ano, incluindo aí R\$ 24 bilhões em três otimizações de contratos de concessão rodoviária”, explicou.

A subsecretária de Fomento e Planejamento, Gabriela Avelino, completou falando sobre a velocidade do novo procedimento para as emissões. “O Ministério terá cinco dias para publicar uma nota técnica que ateste que o emissor possui toda a documentação necessária para comprovar que cumpre os



requisitos necessários para a emissão. A iniciativa visa garantir segurança jurídica para que os investidores possam apresentar o requerimento de registro da oferta pública à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ela ressalta que a medida trará ganhos na transparência e na agilidade, já que o texto dispensa a aprovação ministerial prévia no caso de concessões em estados e municípios. “A portaria de debêntures também está atrelada à Portaria 622/2024, onde colocamos diretrizes para a alocação de, no mínimo, 1% da receita bruta do projeto para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável”, disse.

Dentro dos critérios de sustentabilidade, as debêntures de infraestrutura têm potencial para atrair capital estrangeiro: de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), investimentos em infraestruturas verdes conseguem gerar, até 2030, cerca de 4,1 bilhões de dólares em benefícios líquidos para os países que o fizerem. As debêntures de infraestrutura, atreladas a critérios de sustentabilidade, podem contribuir para a ampliação das opções de financiamento do setor e para a geração de benefícios econômicos e sociais relevantes.

A portaria aborda responsabilidades ambientais, exigindo que os projetos de investimentos necessários para a emissão de debêntures prevejam mecanismos de redução de gases causadores do aquecimento global, transição para energias mais limpas e melhoria da infraestrutura para enfrentar as mudanças climáticas. Além disso, é fundamental a implementação de sistemas de gestão para mitigar os impactos em comunidades afetadas.

Sobre iniciativas de investimento relacionados à autorização ferroviária, é exigida uma licença prévia ambiental. Esse mecanismo garante que não haverá múltiplas emissões de debêntures para autorizações ferroviárias coincidentes, o que racionaliza o uso da malha.

Outro ponto importante no texto é a desburocratização. A documentação requisitada, por exemplo, foca no acompanhamento e monitoramento, sendo avaliada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Banco Central. Esta medida fortalece a política pública e garante que os projetos de investimento sejam executados de forma transparente. Os processos administrativos de enquadramento, acompanhamento e fiscalização dos projetos de investimento para emissão de debêntures ainda serão de acesso público. Isso permitirá que o mercado e a sociedade monitorem de perto os procedimentos de emissão e fiscalização das debêntures.

Além disso, o representante legal do projeto terá acesso ao processo dentro de um dia útil após a apresentação da documentação necessária. O texto estabelece prazos para todas as etapas dos procedimentos de enquadramento e fiscalização, gerando previsibilidade para o mercado e agilidade na atuação do Poder Público.

Ainda de acordo com a portaria, o emissor deve informar à Subsecretaria de Fomento e Planejamento a quantidade de debêntures para cada projeto de investimento em até trinta dias úteis após o encerramento da oferta pública. Em caso de complementos ou alterações no contrato, o interessado deve solicitar as mudanças diretamente à Subsecretaria de Fomento e Planejamento.

O que são Debêntures?

Debêntures são instrumentos financeiros, conhecidos como títulos de crédito. São uma forma inovadora para financiar o crescimento sustentável. São dois tipos:

Debêntures Incentivadas: atraem investidores para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, oferecendo isenções fiscais para pessoas físicas e jurídicas. Isso reduz a carga tributária sobre os rendimentos, enquanto os recursos captados são direcionados a projetos previamente aprovados pelo governo, garantindo investimentos em áreas essenciais para o desenvolvimento nacional. Além das isenções fiscais, essas debêntures oferecem segurança aos investidores.

Debêntures de Infraestrutura: essas debêntures financiam projetos de infraestrutura considerados estratégicos pelo governo federal. Os projetos selecionados devem demonstrar grande impacto

socioeconômico e alinhamento com as metas de desenvolvimento sustentável do país. Diferente das debêntures incentivadas, essas debêntures focam em setores prioritários como energia renovável, saneamento básico e mobilidade urbana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

NACIONAL - FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR PODE REDUZIR EMISSÃO DE CARBONO, DIZ ESTUDO

Produção corresponde a 70% dos alimentos que chegam às casas brasileiras, afirma pesquisadora
Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



Documento é a mais recente publicação da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) e busca alinhar os interesses da conservação ambiental e da produção rural no Brasil (Foto: Divulgação)

O fomento à agricultura familiar é um dos caminhos para conciliar a produção agrícola com baixas emissões de carbono e com a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. A afirmação consta no Sumário para Tomadores de

Decisão do Relatório Temático sobre Agricultura, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.

O documento é a mais recente publicação da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) e busca alinhar os interesses da conservação ambiental e da produção rural no Brasil, mostrando como o agronegócio – incluindo agricultura, pecuária e silvicultura – se beneficia e depende da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

O documento mostra que o potencial produtivo do país não se restringe às grandes propriedades rurais, pois a agricultura familiar e a praticada por povos tradicionais é uma peça-chave no contexto agrícola nacional. “Ela responde por aproximadamente 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa e contribui para a segurança alimentar da população”, explica a coordenadora do relatório e pesquisadora da Embrapa Solos (RJ), Rachel Brady Prado.

Segundo ela, esse setor, que congrega pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais (PCTs), assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, possui uma relação mais estreita com os recursos naturais pelo menor uso de insumos e pela diversidade de cultivos e maior aproveitamento de resíduos, e emprega dois terços da mão de obra rural brasileira.

Em 2017, seu valor de produção foi de R\$ 106,5 bilhões, enquanto a cifra da agricultura comercial convencional atingiu R\$ 355,9 bilhões. Se equiparada a um país, a agricultura familiar brasileira seria a oitava maior produtora de alimentos do planeta, conforme o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023.

O fomento a essa modalidade é um dos caminhos mais sustentáveis da produção agrícola, no entanto, o setor ainda enfrenta dificuldades para conseguir crédito rural e assistência técnica qualificada.

“É necessário ampliar o acesso às linhas de crédito diferenciadas e voltadas à agricultura de baixo impacto ambiental. Também há que se reverter o cenário atual onde, por exemplo, 84% de todo o valor contratado via Pronaf (crédito rural dirigido à agricultura familiar) foram aplicados na produção pecuária, geralmente praticada de forma extensiva e com baixa rentabilidade”, conclui.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/07/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM AUMENTO DE 57% NA MOVIMENTAÇÃO

Nos seis primeiros meses do ano, foram movimentadas 760 mil toneladas de cargas
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenevents.com.br



Entre as principais cargas transportadas estão o açúcar a granel, seguido de barrilha a granel e o coque de petróleo a granel (Foto: Divulgação/Semil)

O Porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, bateu recorde histórico de movimentação de cargas no primeiro semestre de 2024. Segundo o levantamento realizado pela Companhia Docas de

São Sebastião (CDSS), empresa pública vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, foram movimentadas 760 mil toneladas, um aumento de 57% no comparativo com o mesmo período do ano passado.

Entre as principais cargas transportadas estão o açúcar a granel, com 287,5 mil toneladas, seguido de barrilha a granel, matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens, com 190,3 mil toneladas; e o coque de petróleo a granel, com 107,5 mil toneladas.

“A ampliação da disponibilidade das áreas para armazenagem despertou o interesse de mais importadores e exportadores, que passaram a utilizar o Porto de São Sebastião como alternativa logística. O açúcar a granel e o coque são exemplos de novas cargas”, explicou o diretor-presidente da CDSS, Ernesto Sampaio.

O executivo do complexo destacou que foi autorizada a montagem de 11 novos armazéns, que foram instalados pelos operadores portuários, perfazendo 14 estruturas.

Entre outros destaques observados pelo presidente, estão os investimentos para a reforma do centro de controle operacional, pavimentação de pátios de armazenagem e das vias de acesso terrestre, além de um novo sistema de automação da porta de acesso ao Porto e o monitoramento por circuito fechado de TV.

Acessos

O Porto de São Sebastião tem acesso facilitado por meio da rodovia dos Tamoios, que está interligada aos principais acessos do estado de São Paulo, e também pela proximidade com a malha ferroviária e o Aeroporto Internacional de São José dos Campos.

Segundo o estado, a obra do Contorno de São Sebastião da Tamoios está na fase final de execução pelo Governo de São Paulo e prevê uma alça exclusiva ao complexo, facilitando o acesso e evitando a interferência no trânsito urbano.

Este novo acesso é bastante aguardado pela Autoridade Portuária e toda a comunidade de São Sebastião. Conforme previsão da Prefeitura, a expectativa de entrega do novo contorno seja em novembro deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/07/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

JERÔNIMO AUTORIZA LICITAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO DE CENTROS SOCIAIS URBANOS E ANUNCIA REFORMA DE RESTAURANTES POPULARES

Por LUIZA SANTOS - 18/07/2024 16:57 - Atualizado 18/07/2024



O governador Jerônimo Rodrigues vai autorizar, às 8h30 desta sexta-feira (19), no Beco da Cultura, no Nordeste de Amaralina, o processo licitatório para a revitalização de Centros Sociais Urbanos (CSUs) e anunciar a reforma de restaurantes populares em Salvador, equipamentos vinculadas à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado (Seades). Jerônimo também vai inaugurar uma Sala Elas à Frente, espaço da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) de acolhimento e orientação a mulheres vítimas de violências.

Ainda na ocasião, estará disponível para a população o Serviço de Intermediação de Mão de Obra e orientações para o Mercado de Trabalho, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (Setre); e uma oficina para o CrediAfro, com mobilização através do Centro de Referência Nelson Mandela, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi).

Além disso, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) irá oferecer orientações sobre direitos e assistência ao consumidor; e a Secretaria da Saúde (Sesab) orientará a respeito da vacinação, com a presença do Zé Gotinha.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 18/07/2024

GOVERNO PREVÊ INVESTIR R\$ 110 BILHÕES PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES EM CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS

Por Bruna Carvalho - 18/07/2024 12:59 - Atualizado 18/07/2024



O Governo Federal deu início, em março, ao Programa “Otimização de contratos”, que visa renegociar acordos de concessão de rodovias federais antigas. Ao todo, 14 concessões estão na lista, totalizando 7,5 mil quilômetros de trechos em que há obras inacabadas ou que ainda não foram iniciadas. A ideia é prorrogar os contratos em até 15 anos para ser possível a retomada de obras. A expectativa é de que sejam investidos R\$ 110 bilhões, sendo 70% nos primeiros seis anos após o novo contrato.

De acordo com Rogério Neves, CEO da CPE Tecnologia, empresa que atua no mercado de soluções para geotecnologia, esse tipo de medida é importante para melhorar a logística do país e estimular a economia, mas deve-se lembrar que é necessário investir em novas tecnologias. “Quando falamos em rodovias, por exemplo, é fundamental fazer aportes também nas ferramentas que os profissionais vão utilizar. Hoje temos no mercado recursos como drones com lasers scanners, novos sistemas de navegação, entre outras, que tornam o trabalho mais ágil e preciso, o que é benéfico para aumentar a eficiência da operação e reduzir custos”, diz.

Neves comenta ainda que além das construções inacabadas ou não iniciadas, é essencial investir também na manutenção de rodovias que estão em uso e apresentam riscos. “Vemos muito isso no

Brasil. Muitas rodovias estão abandonadas e não recebem nenhum tipo de investimento. É por isso que ocorrem tantos acidentes, como aberturas de crateras nas pistas e deslizamentos”, destaca.

“Precisamos que o governo e a iniciativa privada tenham um olhar atento para esses casos. Ano após ano, especialmente em épocas com grande volume de chuvas, vemos acontecer tragédias que poderiam ter sido evitadas. Há recursos para isso e não podemos mais ficar apenas olhando ou agindo apenas depois do ocorrido”, finaliza o executivo.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 18/07/2024

PETROBRAS E MUBADALA ESTÃO FINALIZANDO A RECOMPRA DA REFINARIA DE MATARIPE.

Redação - 16/07/2024 17:58 - Atualizado 17/07/2024



A Petrobras está finalizando as negociações para retomar a refinaria de Mataripe, vendida para a Acelen em 2021. Já houve entendimento sobre o preço e os prazos da operação com a Mubadala Capital, controlador da Acelen.

O anúncio, que depende apenas de detalhes na formatação do contrato entre Acelen e Petrobras, deve sair em algumas semanas. Mas a transferência, de fato, deve ocorrer até o primeiro trimestre do ano que vem. Mataripe é a segunda maior refinaria do país e concentra 14% da capacidade de refino brasileira. No entanto, nem a Acelen, nem o Mubadala e tampouco a Petrobras comentam o assunto.

A informação é do site InvestNews que diz que a Acelen passou a sofrer pressão por parte da estatal desde a mudança de governo. As pressões passavam pela venda de petróleo mais caro e também com composição química inadequada, situações que afetam o resultado do negócio. Enquanto isso

A Acelen também se via às voltas com o fato da Petrobras não reajustar seus preços pela paridade internacional, o que fazia com que a empresa tivesse que reajustar seus preços anyes da estatal.

A Petrobras argumenta que “não é a única fornecedora de óleo cru no Brasil”, que a produção dos seus concorrentes supera a capacidade de processamento dos refinadores independentes e que a Acelen tem escolhido comprar seu petróleo “por considerar a Petrobras como sua melhor alternativa técnica e econômica”.

Após meses nesse embate, a Mubadala aceitou negociar a devolução do ativo. As conversas foram iniciadas no fim do ano passado, e chegam agora em sua reta final.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 18/07/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MAERSK DIZ QUE INTERRUPTÃO DE TRANSPORTE NO MAR VERMELHO GERA EFEITOS GLOBAIS

Informações: *FORBES (18 de julho de 2024)*

A Maersk alertou em 1º de julho que os próximos meses seriam desafiadores



A A.P. Moller-Maersk disse nesta quarta-feira que a interrupção do transporte de contêineres pelo Mar Vermelho impactou além das rotas comerciais entre o Extremo Oriente e a Europa, atingindo toda a sua rede global.

Empresas do setor têm desviado embarcações para o em torno do Cabo da Boa Esperança, na África, desde dezembro, para evitarem ataques de militantes Houthi, alinhados ao Irã, no Mar Vermelho, e os tempos de viagem mais longos aumentaram custos de frete.

A Maersk alertou em 1º de julho que os próximos meses seriam desafiadores, uma vez que as interrupções no transporte marítimo pelo Mar Vermelho continuam.

“O impacto em cascata dessas interrupções se estende além das rotas primárias afetadas, causando congestionamento em rotas alternativas e hubs essenciais para o comércio com o Extremo Oriente da Ásia, a Ásia Central Ocidental e a Europa”, disse a companhia nesta quarta-feira.

“Portos em toda a Ásia, incluindo Cingapura, Austrália e Xangai, estão sofrendo atrasos à medida que os navios mudam de rota e os cronogramas são interrompidos devido aos efeitos em cascata do Mar Vermelho”, disse a empresa em um comunicado.

Como exemplo, a Maersk disse que sua rede na Oceania foi atingida pelo congestionamento nos hubs do Sudeste Asiático, causado pela escassez de equipamentos e restrições de capacidade devido à interrupção no Mar Vermelho.

“Os atrasos nos centros do Sudeste Asiático representam um risco de interrupção nos portos australianos devido à aglomeração de navios na chegada, resultando em tempos de espera mais longos e outros atrasos”, acrescentou.

“O congestionamento e a interrupção se estenderam para além dos hubs e para os portos do nordeste da Ásia e da Grande China, causando atrasos.”

A Maersk disse que a demanda de carga marítima permaneceu robusta globalmente, e o grupo está trabalhando para limitar as interrupções para os clientes, em parte, garantindo contêineres adicionais.

“Estamos nos preparando para interrupções contínuas, ajustando nossa rede e estratégias de fornecimento de acordo”, acrescentou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/07/2024

STF ESTENDE ATÉ SETEMBRO PRAZO PARA NEGOCIAÇÃO SOBRE DESONERAÇÃO DA FOLHA

Informações: Agência Senado (18 de julho de 2024)

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estende até 11 de setembro o prazo para que Legislativo e Executivo cheguem a um consenso

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu até 11 de setembro o prazo para que os Poderes Legislativo e Executivo busquem uma solução consensual sobre a desoneração da folha de pagamentos. A decisão, proferida na terça-feira (16), atende a um pedido da Advocacia-Geral do Senado (Advosf) e da Advocacia-Geral da União (AGU).

A negociação entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto foi proposta em maio pelo ministro do STF Cristiano Zanin. Ele é o relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, ajuizada pelo Poder Executivo. A AGU pede a suspensão da Lei 14.784, de 2023, que estende a desoneração da folha até 2027.

O prazo original fixado por Cristiano Zanin para a apresentação de uma solução consensual terminaria na próxima sexta-feira (19). Em uma manifestação conjunta, a Advosf e a AGU pediam a prorrogação das negociações até 30 de agosto.

O ministro Edson Fachin, que está no exercício da presidência do STF, decidiu conceder um prazo ainda maior, até 11 de setembro. O magistrado destacou que “decisões construídas coletivamente (...) tendem a serem mais respeitadas por todos os atores envolvidos”. “A construção dialogada da solução não permite o açodamento (...). Está comprovado (...) o esforço efetivo dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos diversos grupos da sociedade civil, para a resolução da questão”, salientou Fachin.

Uma das alternativas negociadas para o impasse da desoneração é o Projeto de Lei (PL) 1.847/2024, do senador licenciado Efraim Filho (PB). O texto prevê a reoneração gradual da folha de pagamento de 17 setores da economia.

O projeto mantém a desoneração integral neste ano e estabelece a retomada paulatina da tributação sobre a folha de pagamento entre 2025 e 2027. O relator da matéria é o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/07/2024

VALORES MÍNIMOS DO FRETE RODOVIÁRIO SÃO ATUALIZADOS

Informações: Globo Rural (18 de julho de 2024)



Imagem de wirestock no Freepik

Reajuste varia entre 1,28% a 1,59%, dependendo da operação para escoamento da mercadoria

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anunciou reajuste nos valores dos pisos de frete do transporte rodoviário de cargas, que varia entre 1,28% a 1,59%, dependendo da operação para escoamento da mercadoria.

Para o transporte rodoviário de carga lotação, o reajuste foi de 1,59%. Nas operações em que é preciso a contratação apenas do veículo automotor de cargas, a variação foi de 1,58%. Já para o transporte rodoviário de carga lotação de alto desempenho, o ajuste foi de 1,46%. Por fim, nas operações que necessitam apenas do veículo automotor de cargas de alto desempenho, a variação foi de 1,28%.

Em comunicado, a ANTT disse que o reajuste nos pisos do frete considerou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período de dezembro de 2023 a maio de 2024, no percentual de 2,84%. Também foi levado em conta o valor do diesel S10 de R\$ 5,94 por litro, com base nos preços divulgados pela Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP) para o período de 23/06 a 29/06 de 2024.

Pela legislação, a agência tem de reajustar a tabela do frete a cada seis meses ou quando a variação do preço do diesel for igual ou superior a 5%, quando é acionado o mecanismo de gatilho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/07/2024



DE PORTO NO AMAPÁ COBIÇADO POR FACÇÕES ÀS MORTES PELA POLÍCIA: CONHEÇA AS 50 CIDADES DO PAÍS COM MAIOR LETALIDADE

Primeira do ranking, a amapaense Santana registrou uma taxa de mortes violentas quatro vezes maior do que a média nacional

Por Aline Ribeiro — São Paulo



Santana, no Amapá, é a cidade mais letal do Brasil, segundo o novo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública — Foto: Reprodução Google Streetview

Segundo maior município do Amapá, Santana é uma cidade relativamente jovem, a poucos quilômetros da capital Macapá e com uma população de 107 mil habitantes. Conhecida como porta de entrada fluvial do estado, tem um porto com capacidade para receber grandes navios cargueiros de bandeira internacional. Além

de empresas interessadas em sua posição geográfica privilegiada para exportação, mais recentemente Santana atraiu outros pretendentes: facções criminosas do Sudeste do país, em busca de novas rotas para o tráfico internacional de drogas, armas e minerais preciosos.

Dados inéditos do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado na manhã desta quinta-feira (18), revelam que Santana é a cidade mais letal do Brasil, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes. O ranking se baseia nas taxas de mortes violentas intencionais registradas em 2023. Na classificação do levantamento, somam-se os casos de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora por grupos de 100 mil habitantes.

A taxa de mortes violentas intencionais de Santana (92,9) é mais de quatro vezes maior do que a média nacional (22,8). Em 2023, o município registrou 100 mortes violentas intencionais, sendo 72 delas homicídios dolosos, um latrocínio e 27 mortes decorrentes de intervenção policial. No ano anterior, Santana aparecia em 31º lugar na lista das mais violentas. Chegou ao topo depois de um crescimento de 88,2% do indicador em doze meses.

Na sequência do ranking das mais violentas de 2023, estão Camaçari (BA), Jequié (BA), Sorriso (MT), Simões Filho (BA), Feira de Santana (BA), Juazeiro (BA), Maranguape (CE), Macapá (AP) e Eunápolis (BA).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/07/2024

HADDAD ANUNCIA CONGELAMENTO DE R\$ 15 BILHÕES NO ORÇAMENTO DE 2024

Equipe econômica se reuniu com o presidente Lula

Por Thaís Barcellos e Karolini Bandeira — Brasília



Presidente Lula e Ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta quinta-feira um congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento para cumprir as regras fiscais deste ano em meio à frustração com receitas extras e ao aumento acima do esperado de despesas obrigatórias, especialmente previdenciárias.

Ele disse que serão de R\$ 11,2 bilhões de bloqueio devido a estimativas de gastos que superam o limite do arcabouço fiscal e R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento em função de arrecadação insuficiente para alcançar a meta zero.

Haddad não disse, porém, qual será a nova estimativa de déficit nas contas públicas para 2024, mas afirmou que ele deve ficar próximo do intervalo de tolerância, que permite rombo de até R\$ 28,8 bilhões (0,25% do PIB). No relatório divulgado em maio, a projeção era negativa em R\$ 14,5 bilhões.

— Vamos ter que fazer uma contenção de R\$ 15 bilhões para manter o ritmo do cumprimento do arcabouço até o final do ano, consistindo em 11,2 bilhões de bloqueio, em virtude de um excesso de dispêndio acima dos 2,5% previstos no arcabouço; e de R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento em virtude da receita — disse Haddad.

A decisão foi tomada na reunião da Junta de Execução Orçamentária, que se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tarde desta quinta-feira e discutiu os detalhes do 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que será divulgado oficialmente na segunda-feira. A JEO é formada pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck.

Detalhamento sai segunda

No relatório a ser divulgado na próxima segunda-feira, serão detalhadas as novas projeções de receitas e despesas que levaram a equipe econômica a chegar no congelamento de R\$ 15 bilhões.

— Essas informações seriam prestadas no dia 22, estamos antecipando justamente para evitar especulações — disse Haddad.

Haddad disse que levou números da área econômica para cumprir a determinação de Lula de observar as regras do arcabouço fiscal. Questionado sobre se o presidente foi convencido sobre a necessidade de cortes, Haddad respondeu que o anúncio mostrava que Lula estava convencido.

— O valor necessário para cumprir a determinação do presidente foi tomado hoje.

O ministro disse ainda que o bloqueio e o congelamento não consideram o pente-fino em programas sociais.

--- Não colocamos neste relatório uma eventual queda de despesa. Por isso que deu os R\$ 11,2 bilhões de bloqueio. Neste relatório, não estamos considerando esse trabalho.

No início do mês, Haddad disse que Lula autorizara um corte de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025. Esse número segue valendo e será detalhado em agosto. O que Haddad anunciou agora foi o congelamento de recursos necessários para cumprir a meta de déficit zero em 2024.

Bloqueio e contingenciamento

Há uma diferença técnica entre “bloqueio” e “contingenciamento”. O primeiro ocorre quando há um crescimento de despesas obrigatórias, como a Previdência, e é preciso controlar gastos não obrigatórios — isso é necessário para não estourar o limite de gastos previsto no arcabouço fiscal.

O contingenciamento acontece quando há frustração de receitas e é necessário segurar gastos para cumprir a meta fiscal. Neste ano, a meta é de déficit zero.

Enquanto no bloqueio, o governo pode escolher quais programas serão afetados pelos cortes, no contingenciamento, a redução é linear. Ambos podem ser revertidos no próximo relatório caso as estimativas da equipe econômica melhorem.

Mercado

O valor não deve surpreender o mercado financeiro, que via um corte de R\$ 10 bilhões como um piso necessário para garantir a credibilidade do arcabouço fiscal diante do crescimento das dívidas sobre o compromisso do governo com a meta.

A maioria dos analistas, contudo, considera que é necessário um valor maior para realmente fazer frente ao aumento inesperado de gastos e à decepção com arrecadação nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e de transação tributária.

No caso do banco inglês Barclays, o economista-chefe para Brasil, Roberto Secemski, avalia que o ajuste deve ficar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões, entre contingenciamento e bloqueio, embora abaixo dos cerca de R\$ 30 bilhões necessários para preservar a regra de gastos e a meta de primário.

“O quanto maior for o montante congelado em 22 de Julho, melhor será para a credibilidade da meta zero neste conjuntura, já que a medida mostraria o compromisso do governo Lula com o orçamento fiscal metas, mesmo que isso exija sacrifícios políticos para reduzir gastos discricionários.”

O Itaú Unibanco chegou a “avisar” que cortes muito pequenos poderiam disparar uma reação negativa dos ativos financeiros. No início do mês, o dólar chegou a bater R\$ 5,70 em meio a repetidas entrevistas de Lula em que o chefe do Planalto questionava a necessidade de corte de gastos.

O Itaú fez uma revisão em suas projeções para os indicadores da economia com base em um “bloqueio significativo” de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões nas despesas no relatório da próxima segunda.

“Uma eventual frustração nessa frente traria um relevante dano de credibilidade para o arcabouço fiscal e a política econômica em geral, com impactos potencialmente significativos sobre preços de ativos, quiçá análogos aos observados nas últimas semanas”, disse o Itaú Unibanco, em relatório.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/07/2024

AÇÕES DA SABESP SERÃO VENDIDAS POR R\$ 67; DEMANDA SUPEROU R\$ 180 BILHÕES

Privatização da maior companhia de saneamento do país vai movimentar R\$ 15 bilhões

Por João Sorima Neto — São Paulo

Com forte procura pelas ações da Sabesp, o preço dos papéis que foram oferecidos a fundos de investimento, pessoas físicas, aposentados ficou em R\$ 67, de acordo com fontes próximas a operação. O governo de São Paulo deverá confirmar o valor após o fechamento do mercado.



Estação de tratamento da Sabesp — Foto: Divulgação/Sabesp

A oferta terminou na segunda-feira passada e, segundo informações do mercado, alcançaram R\$ 187 bilhões em demanda, maior valor já registrado numa oferta de ações secundária (follow on). Houve participação de investidores estrangeiros, que segundo fontes, fizeram mais da metade das reservas.

Com interesse elevado, haverá rateio entre os investidores interessados — que chegaram a 300. A privatização da Sabesp, a maior companhia de saneamento do país, renderá quase R\$ 15 bilhões aos cofres do governo paulista.

No pregão da B3, as ações da Sabesp encerraram negociadas por R\$ 82. O valor de R\$ 67 (18% abaixo do preço da Bolsa) foi oferecido pela Equatorial, única candidata a acionista de referência, e acabou se tornando teto para venda no varejo. No total, a Equatorial vai desembolar R\$ 6,8 bilhões pelo lote de ações que comprou da companhia de saneamento.

— Apesar de um preço mais baixo que o de tela, o governo vai vender por um bom valor as ações da Sabesp, já que de um ano para cá houve valorização dos papéis. Mas o preço poderia ser melhor se houvesse mais concorrência — avalia Arlindo Arlindo Souza, analista da Levante Inside Corp.

O preço mínimo dos papéis definido no edital pelo governo ainda não é conhecido. O governo vendeu 15% das ações que detinha para a Equatorial e 17% no varejo. Ainda vai ficar com uma posição de 18% das ações da empresa.

Ganho de eficiência

Operadores de mercado avaliam que a alta procura pelos papéis da Sabesp se explica: com capital privado, a empresa tende a se tornar ainda mais eficiente e isso se reflete na valorização de suas ações na Bolsa no médio prazo.

Quem comprou as ações por R\$ 67 pode vendê-las a qualquer momento, diferente do investidor de referência que é obrigado a ficar com os papéis por cinco anos. A liquidação da operação de venda dos papéis da Sabesp será concluída na próxima segunda-feira, dia 22.

Para o ex-presidente da Sabesp, Gesner Oliveira, sócio da consultoria GO, o fato de ter aparecido apenas um acionista de referência não prejudicou o processo. O perfil da Equatorial, diz, é de uma empresa que já atua no setor de utilities (serviços) e pode ajudar a Sabesp a dar um salto em investimentos para se tornar ainda mais eficiente.

—Se as taxas de juros estivessem mais baixas no exterior, certamente haveria interessados estrangeiros ao posto de acionista de referência — diz Oliveira.

Rateio

Mesmo com forte interesse, os investidores do varejo não vão receber todas as ações que reservaram. Haverá um rateio das 220 milhões de ações oferecidas. A expectativa é que os investidores recebam apenas 3% das ações que desejavam comprar, segundo analistas.

O valor 'inflado' de R\$ 200 bilhões em reservas foi uma maneira de garantir uma fatia maior no rateio. Os papéis vendidos no varejo totalizam R\$ 8 bilhões, enquanto a demorada superou os R\$ 180 bilhões, o que mostra o tamanho do rateio a ser feito.

Entre os investidores interessados nos papéis da Sabesp aparecem Atmos, Squadra, Opportunity e CPPIB (fundo de pensão canadense). Essas gestoras também são acionistas da Equatorial.

Entre investidores estrangeiros, segundo analistas, apareceu o fundo soberano de Cingapura (GIC), que já vem investindo em empresas de infraestrutura, e procurando novas oportunidades de negócio, no Brasil e na América Latina. Há fundos também da Europa e Estados Unidos, regiões que o governo paulista visitou para oferecer as ações da empresa.

Percy Soares Neto, sócio da Ikigai Consultoria e ex-diretor da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), avalia que o fato de o processo ter tido apenas um acionista de referência não era o desejado, nem o esperado. Mas as travas que o governo colocou no edital para que a Sabesp, mesmo com a privatização, continuasse sendo importante no mercado, teve o custo de afastar investidores.

— Mesmo que o preço não tenha sido o esperado, o processo teve êxito, com presença de acionista de referência, alta demanda pelos papéis — afirmou o especialista.

A Equatorial terá três representantes no Conselho de Administração da Sabesp. Os recursos obtidos com a venda vão para o estado de São Paulo, que era o dono das ações.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/07/2024

HADDAD DIZ QUE DISCUTIU COM LULA INVESTIMENTOS PARA PENTE-FINO DE BENEFÍCIOS DO INSS

Limites para gastos em 2025 foram enviados para os ministérios
Por Bernardo Lima — Brasília



O presidente Lula e o ministro Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/09-05-2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que tratou sobre os investimentos necessários para fazer a checagem de cadastros de benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta quinta-feira. O governo prevê economizar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões com o pente-fino em benefícios.

Mais cedo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, já havia dito em entrevista ao programa “Bom dia, Ministra”, do canal Gov que os cortes no Orçamento viriam da revisão de cadastros. Ela afirmou ainda que obras já iniciadas do PAC, especialmente de saúde e educação, não serão atingidas por cortes.

Na entrada do Ministério da Fazenda, Haddad detalhou o teor da reunião desta quinta no Palácio do Planalto.

— Foi sobre os investimentos necessários para checagem de cadastros e as providências necessárias para implementar o plano que o presidente autorizou na semana retrasada, de conformação dos programas ao Orçamento e às leis, porque na verdade o que nós estamos fazendo é conformando as leis.

Segundo as estimativas do governo, a revisão de cadastros de benefícios deve garantir um alívio entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões no Orçamento do ano que vem. Os recursos são necessários para alcançar a meta fiscal de 2025, que prevê resultado zero, e já devem constar do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), a ser enviado ao Congresso até 31 de agosto.

O ministro ainda afirmou que os limites de gastos dos ministérios para o Orçamento de 2025 já foram definidos pela pasta do Planejamento. Segundo Haddad, no momento o governo está adaptando os limites orçamentários às regras do arcabouço fiscal.

— O fechamento do orçamento de 2025 já está com os limites distribuídos pelo Planejamento. O que nós estamos fazendo é colocar os limites orçamentários nos termos do arcabouço fiscal. Mas a divisão entre ministérios é uma negociação que cabe mais ao Planejamento fazer. A Fazenda estabelece o limite e o Planejamento recebe os pedidos e os distribui. Mas eu participo dos planejamentos com os ministros também para colaborar nessa confecção da peça — disse ele.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/07/2024

'RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DOS ESTADOS É RUIM PARA TODOS, INCLUSIVE PARA OS ENDIVIDADOS', DIZ ECONOMISTA

Na avaliação de Claudio Frischtak, custo recairá sobre brasileiros mais pobres, além disso medida sinaliza que a irresponsabilidade fiscal recompensa, pois sempre há perdão aos débitos
Por Luciana Casemiro

A renegociação dos R\$ 764,9 bilhões em dívidas dos estados brasileiros com a União não tem como chegar a um bom termo. A avaliação do economista Cláudio Frischtak, presidente da Inter.b Consultoria e especialista em infraestrutura, não se baseia na difícil negociação entre governo federal e Senado ou a tentativa dos estados endividados como Rio de Janeiro de acumular

benefícios já concedidos pelo atual Regime de Recuperação Fiscal às novas propostas apresentadas pelo senador Rodrigo Pacheco. Frischtak tem a convicção de que seja qual for o acordo firmado nessa renegociação, todos perdem, inclusive os estados endividados. Ele explica:



Claudio Frischtak, da Inter.B Consultoria e especialista em infraestrutura – Foto: Fernando Lemos/Agência o Globo

- Não é que a proposta seja ruim para a União, é ruim para todos, inclusive para os estados endividados. Não no sentido contábil, óbvio, haverá um alívio. Mas é uma péssima sinalização para os futuros governantes desses estados de abrirem mão da responsabilidade fiscal, pois ao fim não vai ter penalidade, porque o Governo Federal, o Judiciário, ou algum outro órgão, sempre vai aliviar aqueles que não são responsáveis fiscalmente. A renegociação premia a desorganização, a irresponsabilidade, a ineficiência na gestão da coisa pública.

O economista chama atenção ainda que a conta da renegociação é paga por toda a sociedade, especial pelos brasileiros mais pobres, mais dependentes das políticas sociais do Estado.

- Quem vai pagar? O governo. Governo federal como que vai pagar? É o Tesouro. O que é o Tesouro? É a sociedade somos nós. E particularmente quem vai pagar são os mais pobres. Isso é um processo de transferência de rendas avessas. Aumenta o endividamento, limita ainda mais a capacidade do governo de fazer política pública social a favor dos pobres, para salvar a pele de governantes que deveriam, sinceramente, deveriam estar sendo acusados de irresponsabilidade fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal é de 2000 e aqui no Brasil ainda tem isso, leis que pegam e as que não pegam.

Frischtak chama atenção para o fato que não é uma coincidência que os estados desorganizados fiscalmente sejam também os mesmo que apresentam problemas de gestão e ineficiência nos serviços prestados à população:

- Um ponto essencial, que muitos não entenderam ainda, é que a desorganização das contas públicas se junta à desorganização da gestão do Estado ou dos estados. A maior parte dos estados desorganizados fiscalmente, são desorganizados, ponto. A irresponsabilidade fiscal implica em irresponsabilidade social. Ou seja, serviços mal geridos, ineficientes e mal entregues à população. Estados que realmente reorganizaram suas contas são estados que organizaram seus serviços, caso de Ceará e Espírito Santo - exemplifica.

O economista chama atenção para o fato que cerca de 90% da dívida está concentrada em quatro estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São estados ricos e esse é o paradoxo, afirma.

- Estados ricos que gerem ou geriram muito mal suas contas. O governo precisa explicar isso a sociedade, fazer um trabalho de convencimento da injustiça de uma renegociação de dívidas. É preciso que o presidente tome isso à frente, se esse é um governo que tem um compromisso social, e venha a público e explique que os recursos da renegociação da dívida dos estados vão sair de algum lugar. Não tem almoço grátis, e quem paga esse almoço são sempre os mais pobres, e dos estados mais frágeis.

E acrescenta:

- Trabalhei em mais de 20 países pelo Banco Mundial e aqueles que conseguiram romper a estagnação, a armadilha da renda média, abandonaram práticas populistas que não deram certo. E essa renegociação é uma delas, já foram várias desde o Plano Real. É preciso parar com isso e cobrar essa conta para que, no futuro, tenhamos de fato mais responsabilidade fiscal e social dos governantes. Talvez a maior lição da economia do desenvolvimento é que as armadilhas que impedem o progresso nós mesmos as criamos, e não há como superá-las sem os governantes

assumirem sua responsabilidade com a organização das contas públicas e a boa gestão do Estado. Não há saída fora do bom governo.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 18/07/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO AGENDA LANÇAMENTO DE PROGRAMA DE PASSAGENS AÉREAS ATÉ R\$ 200 EM VERSÃO DESIDRATADA

Evento de lançamento oficial do Voa Brasil foi marcado para quarta-feira, 24; iniciativa deve atender apenas aposentados do INSS, e estudantes do Prouni entrariam numa segunda fase

Por *Luiz Araújo (Broadcast)*

BRASÍLIA - O governo federal marcou para quarta-feira, 24, o evento de lançamento oficial do Voa Brasil, programa que prevê passagens aéreas por até R\$ 200. Após sucessivos adiamentos, o governo optou por iniciar o programa com uma versão desidratada, contemplando apenas aposentados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A inclusão de estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), previstos como alvo desde o anúncio da ideia do programa, em março de 2023, ficará para uma segunda fase, que não tem previsão de lançamento.

Além do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a expectativa é de que o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, participe do evento. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem participação prevista na solenidade.

Nessa fase, a estimativa do governo é de que serão ofertadas até cinco milhões de passagens por até R\$ 200. Para estar apto a participar do programa, o aposentado não pode ter viajado de avião nos últimos 12 meses antes de solicitar um bilhete pelo programa.



Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

As passagens a serem oferecidas pelas companhias são aquelas classificadas como ociosas — poltronas não vendidas por falta de demanda. Ainda não há detalhamento sobre questões como a antecedência em que os beneficiários poderão solicitar a passagem, nem se haverá garantia de bilhete de retorno, já que a disponibilidade, em tese, depende da dinâmica de venda de passagens, que são ofertadas ao público até

poucas horas antes das decolagens.

Histórico

O Voa Brasil foi anunciado por Márcio França, então ministro de Portos e Aeroportos, em março de 2023, como parte das medidas de popularização das viagens aéreas no País. O “formato fácil”, dependendo apenas de acordos diretos com as companhias aéreas, se tornou dor de cabeça para o governo e uma confusão no imaginário público.

Sobraram ao governo dificuldades de diálogos com as companhias, ainda que isso não tenha sido admitido publicamente por nenhuma parte. O Executivo apresentou quase uma dezena de estimativas de data para o lançamento, descumprindo todas sem apresentação de justificativas.



Por parte da população, entendeu-se, conforme apontou Costa Filho em entrevista à TV Cultura, que as passagens de até R\$ 200 atenderiam a todos. Com isso, o programa é citado como exemplo de fracasso do governo Lula em relação à promessa de política para o barateamento das passagens.

Desafio técnico

A justificativa para deixar estudantes para uma segunda fase é a de que o governo identificou dificuldades técnicas para filtrar aqueles que cumprem o requisito básico do programa: não ter voado nos últimos 12 meses. Para os aposentados do INSS a questão não é um problema, porque há base de dados que monitora as viagens de avião.

Um representante do governo consultado pela reportagem diz que, como compensação à primeira etapa desidratada, a segunda poderá vir mais robusta. Em vez de contemplar apenas estudantes do Prouni, o governo avalia incluir outras categorias, como aqueles que estudam com uso do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Para incluir os estudantes observando o filtro dos 12 meses sem voar, o governo demandou uma base de dados do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que estaria trabalhando para a entrega.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/07/2024

CONHEÇA A EQUATORIAL, EMPRESA QUE SERÁ RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DA SABESP

Grupo tem forte atuação no setor elétrico e estreou no saneamento básico em 2022, com uma concessão no Amapá

Por Elisa Calmon (Broadcast), Luciana Collet (Broadcast) e Beth Moreira (Broadcast)

Única empresa a apresentar proposta para ser a acionista de referência na privatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), a Equatorial se consolidou nos últimos 25 anos no setor de energia elétrica, sendo atualmente dona de 7 distribuidoras, 3 mil quilômetros (km) de linhas de transmissão e negócios na área de energias renováveis. Estreou na área de saneamento há dois anos, ao arrematar a concessão da CSA, do Amapá, por R\$ 930 milhões.

A entrada da Equatorial no capital da Sabesp, como acionista de referência (pendente da conclusão do processo de privatização da estatal paulista), representa um salto gigantesco na atuação da empresa nessa área. A proposta do grupo foi de R\$ 67 por ação por 15% de participação na estatal paulista (sua participação não poderá ultrapassar esse patamar). A companhia desembolsará R\$ 6,869 bilhões na operação, cuja segunda etapa, com a venda de ações para outros investidores, está sendo concluída nesta quinta-feira, 18.

Como acionista de referência, a Equatorial terá direito a indicar o presidente e os diretores da Sabesp, além de ficar com três assentos no conselho de administração - o governo paulista indica outros três nomes e outros três serão independentes. Procurado para falar sobre o negócio, o grupo preferiu não se pronunciar.

Atualmente, a Equatorial é o terceiro maior grupo de distribuição de energia do País em número de clientes (atende mais de 10 milhões de consumidores). Em 2023, faturou cerca de R\$ 40 bilhões e registrou lucro consolidado de R\$ 2,8 bilhões. A empresa não tem um controlador definido, com capital bastante pulverizado. Seus principais acionistas são os fundos Opportunity (6,3%), Atmos (5,7%) e Capital World Investors (5,2%).

No setor de saneamento a empresa detém hoje apenas uma concessão, a da CSA. A concessionária atende a uma população de mais de 800 mil habitantes em 16 cidades do Amapá. Isso significa cerca de 3% do mercado de consumidores atendidos pela Sabesp.



Raio X

Perfil do grupo Equatorial

Ano de fundação

1999

Receita líquida(2023)

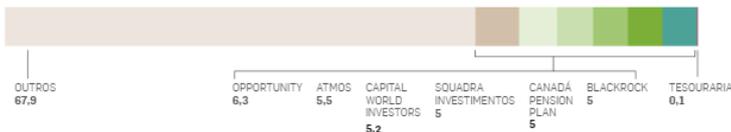
R\$ 40,98 BILHÕES

Lucro líquido (2023)

R\$ 2,87 BILHÕES

Composição acionária

EM PORCENTAGEM



Áreas de atuação

DISTRIBUIÇÃO

- EQUATORIAL MARANHÃO
- EQUATORIAL PARÁ
- EQUATORIAL ALAGOAS
- EQUATORIAL PIAUÍ
- COMPANHIA DE ENERGIA DO AMAPÁ (CEA)
- COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE-D, RS)
- EQUATORIAL GOIÁS

TRANSMISSÃO

- EQUATORIAL TRANSMISSÃO

GERAÇÃO

- ECHOENERGIA

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

- ENOVA

COMERCIALIZAÇÃO

- SOL ENERGIAS

SANEAMENTO

- CSA (AMAPÁ)

SERVIÇOS

- EQUATORIAL SERVIÇOS

TELECOMUNICAÇÕES

- EQUATORIAL TELECOM

Fonte: EQUATORIAL

ESTADÃO #9

A pouca experiência em saneamento, no entanto, não é vista como um problema para especialistas. A leitura inicial do mercado é de que a operação pode ser positiva tanto para a Equatorial quanto para a Sabesp. Analistas consideram as duas companhias complementares, pois a primeira é conhecida por sua capacidade de gestão, enquanto a empresa de saneamento já tem uma operação consolidada no setor.

“A Sabesp já tem uma engenharia de saneamento extremamente qualificada. Por isso, o acionista de referência não precisa ser um operador tradicional, com conhecimento aprofundado. Isto não é um problema”, afirma Percy Soares Neto, consultor e ex-diretor executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços

Públicos de Água e Esgoto (Abcon).

Para ele, a Equatorial deve atuar em três principais frentes: gestão, governança e capital, aspectos que podem ajudar no processo de universalização. A capacidade de gestão da companhia é vista como o grande trunfo para conseguir cumprir as metas até 2029.

Os analistas do Safra, Daniel Travitzky, Carolina Carneiro e Mario Wobeto, contam que a Equatorial é uma operadora sólida e com experiência em casos de turnaround (reestruturação). Com isso, estaria qualificada para implementar medidas de eficiência também no segmento de saneamento, assim como tem feito na área de energia.



Equatorial tem forte atuação no setor de energia Foto: Tiago Queiroz/Estadão

O primeiro caso de sucesso em recuperar concessões de distribuição de energia em dificuldade foi o da Cemar, distribuidora maranhense que passava por forte crise financeira. Anos depois veio a paraense Celpa, que estava em recuperação judicial. O portfólio de distribuição cresceu com a privatização de distribuidoras federalizadas administradas pelo grupo Eletrobras, em 2018, arrematando a Cepisa, do Piauí, e a Ceal,

de Alagoas.

No ano passado, a Equatorial Pará (ex-Celpa) ficou em segundo lugar no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) das distribuidoras com melhor indicador de fornecimento, entre as empresas de grande porte. Já a Equatorial Maranhão foi uma das que mais evoluíram, subindo seis posições. A despeito de dificuldades ainda enfrentadas em algumas operações e pelas críticas ao atendimento, especialmente nas concessionárias mais novas, como a CEEE-D, do Rio Grande do Sul, e a Equatorial Goiás, a empresa ainda é reconhecida no mercado pela qualidade da gestão operacional.

Em um movimento de diversificação, a companhia ingressou, em 2016, no segmento de transmissão de energia, quando arrematou sete lotes. Atualmente conta com oito concessionárias que, juntas, operam cerca de 3 mil quilômetros de linhas (uma foi vendida recentemente). Em 2022, também fortaleceu sua atuação na geração de energia renovável por meio da compra da empresa



Echoenergia, pela qual pagou valor semelhante ao destinado à participação da Sabesp (cerca de R\$ 7 bilhões).

Venda de ativos

Para fazer frente aos compromissos da Sabesp, a Equatorial já começou a se movimentar antes mesmo do fim do processo de privatização. A empresa colocou ativos de transmissão à venda, como estratégia para fortalecer sua estrutura de capital para diversificar suas operações em saneamento, a partir da Sabesp. Os termos da privatização da estatal paulista preveem investimentos de R\$ 70 bilhões até 2029 para universalização de serviços de água e esgoto.

Na semana passada, a empresa anunciou a venda dos primeiros ativos, a Equatorial SPE 7. A companhia firmou contrato com a Infraestrutura e Energia, para venda da SPE7, com um enterprise value (o valor da empresa) de até R\$ 1,2 bilhão, segundo fato relevante.

“A operação não representa a saída do grupo Equatorial do segmento de transmissão, mas tão somente permite avançar na aceleração da sua trajetória de desalavancagem (redução de endividamento), adequando sua estrutura de capital a eventuais oportunidades nas avenidas de geração de valor em que atua”, afirmou a empresa.

Record demite repórter após vazamento de falas de Lula em grupo de WhatsApp com investidores
O movimento não é inédito para a Equatorial. No ano passado, a companhia fechou a venda de 100% da Integração Transmissora de Energia S/A (Intesa), para a Infraestrutura e Energia Brasil S/A, numa operação envolvendo R\$ 714 milhões, incluindo dívida.

Analistas não descartam que a empresa teste o mercado para outros ativos, em especial no segmento de geração, no qual a Equatorial tem 12 parques eólicos em operação, com 1,2 gigawatt (GW) de capacidade, além de uma usina solar de 283 MWp também operacional e um parque em fase adiantada de construção.

Oficialmente, a empresa afirma, em documento de non deal roadshow (reuniões com investidores) divulgado na semana passada, que tem financiamento ponte garantido com prazo de 18 meses e que tem “diversas alternativas a serem exploradas para a contratação do financiamento de longo prazo para a aquisição” da Sabesp.

A empresa anunciou nesta semana uma oferta para captar R\$ 5,6 bilhões em títulos (notas comerciais) com duas emissões de debêntures, por meio de suas subsidiárias em Goiás e no Pará, que somam R\$ 2 bilhões.

A estrutura é semelhante à utilizada pela Iguá e pela Aegea para financiar a concessão dos serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae), que passou em 2021 para a iniciativa privada, disseram fontes.

Estimativas iniciais feitas pela equipe de análise do Safrá indicam que a operação da Sabesp resultará em um aumento da alavancagem para 4 vezes dívida líquida/Ebitda, acima das 3,3 vezes reportadas no primeiro trimestre deste ano. A empresa tem compromissos financeiros (covenants) que limitam o indicador a 4,5 vezes. / Colaboraram Altamiro Silva Junior e Wilian Miron

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/07/2024

SABESP PRIVATIZADA: GOVERNO LEVANTA R\$ 14,8 BI NA MAIOR OFERTA DE SANEAMENTO DA HISTÓRIA

Quase metade do valor (R\$ 6,9 bi) veio da Equatorial, que comprou 15% da empresa ao preço de R\$ 67 a ação; e o restante, da oferta global, que nesta quinta-feira, 18, atraiu 310 investidores

Por Matheus de Souza (Broadcast), Altamiro Silva Junior (Broadcast), Elisa Calmon (Broadcast) e Cynthia Declodet (Broadcast)

A privatização da Sabesp, a maior oferta de ações da história do setor de saneamento, movimentou R\$ 14,8 bilhões. Desse total, R\$ 6,9 bilhões foram subscritos pela Equatorial, que comprou 15% da empresa ao preço de R\$ 67 por ação, e o restante veio da oferta global, que atraiu 310 investidores institucionais. Foram vendidas 191,7 milhões de ações mais um lote extra de 28,7 milhões, ao mesmo preço. Um comunicado oficial com os números deve ser divulgado nesta quinta-feira, 18, após as 22h.

Nesta quinta-feira, foi feita a alocação das ações entre os investidores que participaram da oferta. A demanda total do mercado pelas ações da Sabesp chegou a R\$ 187 bilhões, recorde para uma oferta pública no Brasil, conforme antecipou o Estadão/Broadcast mais cedo. Este número, porém, está inflado, porque investidores pediram bem mais ações do que pretendiam comprar, já prevendo que haveria rateio. Essa percepção de que “faltariam” papéis provocou disparada das ações da Sabesp na B3, que atingiu preço recorde, encostando em R\$ 85,00 nesta semana.

Da demanda total, 53% foram ordens de investidores estrangeiros e o restante de gestoras locais. Segundo fontes, são fundos de países da Ásia, Europa, Oriente Médio e Estados Unidos. Dos fundos, parte importante são carteiras “long only”, que ficam “compradas” no papel, ou seja, uma aposta de valorização do papel no longo prazo. A demanda veio de fundos de infraestrutura, que investem em água, Utilities (prestadoras de serviços em energia e saneamento) e que adotam práticas sustentáveis (ESG).



A privatização da Sabesp prevê compromisso de investimentos da ordem de R\$ 70 bilhões até 2029 Foto: Gilberto Marques/Governo de SP

Para chegar até estes investidores, o governador Tarcísio de Freitas e a secretária de desestatização Natália Resende foram para o exterior, em reuniões nos EUA, Londres, Zurique, Miami, Paris e Genebra. No Brasil, houve reuniões em São Paulo e Rio. Ao todo, foram 270 investidores (140 locais e 130 internacionais) participaram dessas conversas, os chamados ‘roadshows’.

Os primeiros passos

Em fevereiro de 2023, começam os estudos para o início do processo de desestatização do governo de Tarcísio de Freitas. Em dezembro, o projeto de lei da privatização foi aprovado, começando neste momento a preparação da venda, que durou perto de oito meses. Com a venda, a fatia do governo de São Paulo na empresa caiu de 50,3% para 18%.

A liquidação da oferta será no próximo dia 22, quando deverá ocorrer solenidade na B3 para marcar a privatização da companhia com a presença do governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natalia Resende, além de representante dos bancos coordenadores.

A oferta teve como coordenador principal o BTG Pactual, em conjunto com Itaú BBA, Citi, Bank of America e UBS BB. Também participaram Bradesco BBI, Goldman Sachs, JPMorgan, Morgan Stanley, JSafrá, Santander e XP.

Obrigações

A privatização da Sabesp prevê compromisso de investimentos da ordem de R\$ 70 bilhões até 2029 para universalização da água e esgoto no Estado de São Paulo. A Equatorial também não poderá investir em áreas em outros locais que concorram com a Sabesp e nem vender suas ações até aquele ano. Além da Equatorial, nomes como a gestora IG4, a francesa Veolia, Aegea, Cosan, os canadenses da Brookfield e o grupo Votorantim, chegaram a avaliar participar da operação.

Para pagar os R\$ 6,9 bilhões ao governo de São Paulo, a Equatorial conseguiu um empréstimo ponte em quatro bancos, com o prazo de 18 meses. Em paralelo, fez uma emissão de notas comerciais, liquidadas na última terça-feira, 16, e que serão dadas como garantias nos empréstimos. Os bancos participantes da emissão das notas são Itaú BBA, Safrá, UBS BB e Bradesco BBI.

Protestos

A privatização da Sabesp não ficou livre de manifestações e críticas. Protestos na sede da Equatorial, em algumas Câmaras dos municípios quando votaram se aprovavam ou não o processo. Partidos de esquerda, como o PT, PV, Rede, Psol e Pcdob, entraram com diversas ações, incluindo no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a venda das ações.

Uma das alegações contrárias à privatização é de que a Sabesp foi vendida a preço baixo. A Equatorial, única empresa a apresentar proposta para ser investidor de referência, propôs o preço de R\$ 67,00 por ação. O valor estava abaixo das cotações de tela da ação naquele momento e mais ainda das cotações atuais. A ação chegou a bater a máxima histórica de R\$ 85 nos últimos dias e hoje foi negociada na casa dos R\$ 82 - 20% acima do preço da Equatorial.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/07/2024

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CADE INSTAURA PROCESSO CONTRA A OPERADORA DE LOGÍSTICA TEGMA

Operação da PF de 2019, batizada de “Pacto”, começou a apurar a formação de cartel envolvendo empresas de transporte rodoviário de veículos novos, os chamados “cegonheiros”

Por Victor Meneses, Valor — São Paulo



Tagma Gestão e Logística — Foto: Divulgação/Tagma

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, nesta quinta-feira (18), um processo administrativo contra a Tagma e outras empresas do setor de transporte de veículos, em virtude da investigação iniciada com a operação da Polícia Federal ocorrida em 17 de outubro

de 2019.

A operação, batizada de “Pacto”, apurava a formação de cartel envolvendo empresas de transporte rodoviário de veículos novos, os chamados “cegonheiros”. As investigações começaram a partir da assinatura de um acordo de leniência com o Cade, realizado cerca de um ano antes do início da operação.

De acordo com a Tagma, o acordo de leniência parcial, firmado por uma das empresas concorrentes da companhia, tinha como base uma suposta ação concertada no “transporte de veículos zero quilômetro importados, em especial para a cliente Kia, do porto à Estação Aduaneira do Interior”. Após a instauração, o processo tramitará com a apresentação de defesas e instrução probatória.

“Ao final, confiamos que o desfecho do processo será o de seu arquivamento pelo Cade que, em outra oportunidade, em análise de processo administrativo iniciado por denúncia deste mesmo concorrente leniente e de outros, já entendeu pela insubsistência da acusação de conduta anticoncorrencial”, declarou a Tagma, em fato relevante.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/07/2024

ANEEL AUTORIZA INÍCIO DA OPERAÇÃO DE PARQUE EÓLICO DA ELETROBRAS NO RIO GRANDE DO SUL

Segundo a companhia, foram liberadas 14 unidades geradoras das 72 previstas para operar; investimento total é de R\$ 2 bi, com capacidade instalada de 302,4 megawatts (MW)

Por Kariny Leal, Valor — Rio

A Eletrobras informou, nesta quinta-feira (18), que recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial dos primeiros aerogeradores do Parque Eólico Coxilha Negra, em implantação no município de Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

Segundo a companhia, foram liberadas 14 unidades geradoras das 72 previstas para operarem na unidade. O investimento total é de R\$ 2 bilhões, com capacidade instalada de 302,4 megawatts (MW). O empreendimento ocupará uma área de 8.644 hectares.

Até o momento, o Parque Eólico Coxilha Negra tem 41 aerogeradores completamente montados, divididos em quatro conjuntos, conforme a Eletrobras, em nota. Desses, 14 estruturas de Coxilha Negra 02 iniciaram operação comercial e outras nove estão operando na fase de testes.

Paralelamente, a usina 03 possui 14 aerogeradores com autorização para operação em teste, e avançam as obras de verticalização das primeiras torres de Coxilha Negra 04.

“A Eletrobras tem se aproximado de cumprir a meta de se tornar 100% renovável. Hoje, 97% da energia gerada pela empresa é limpa e nosso objetivo é elevar esse percentual, garantindo que sejamos Net Zero [emissões de gases de efeito estufa zeradas] em 2030, como definido no planejamento estratégico. Coxilha Negra está em sintonia com os objetivos da companhia, gerando empregos e contribuindo para a transição energética”, disse o vice-presidente de engenharia de expansão da Eletrobras, Robson Pinheiro Rodrigues de Campos, em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/07/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DPC CREDENCIA TRANSPETRO PARA MINISTRAR CURSOS DO EPM

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 18/07/2024 - 19:20



Arquivo/Divulgação

Validade do credenciamento é de 4 anos e abrange 9 grupos de especializações, entre Prepom-Aquaviários, extra-Prepom e extra-FDEPM, a serem realizadas no Rio de Janeiro, sob supervisão do Ciaga

A Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil credenciou a Transpetro para ministrar cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (Prepom-Aquaviários), extra-PREPOM, ou curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM). A DPC determinou, por meio de uma portaria, que os cursos sejam realizados no município do Rio de Janeiro (RJ), sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), que é o órgão de execução (OE) vinculado.

A lista inclui 9 cursos, entre os quais: Especial Básico de Conscientização sobre Proteção de Navio (EBCP); Especial para Oficial de Proteção do Navio (EOPN); Especial Básico de Navios-Tanque

Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ); Especial de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque Petroleiros (ESOP).

Completam a relação os módulos das categorias: Especial Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito (EBGL); Especial de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque para Gás Liquefeito (ESOG); Especial de Gerência de Passadiço para Oficiais (EGPO); Especial de Gerenciamento de Recursos da Praça de Máquinas (EGPM); e Especial de Primeiros Socorros Médicos (EPSM).

A Transpetro deverá seguir as recomendações e as prescrições da Normam-102/DPC (Módulo 1). Para aplicação dos cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos na norma com o Ciaga — acordo de credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou contrato administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. De acordo com a DPC, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos poderão ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que for realizado: Prepom, extra-Prepom ou extra-FDEPM.

O diretor de portos e costas, vice-almirante Carlos André Coronha Macedo, determinou, por meio da portaria, que a realização dos cursos dependerá de expressa autorização da DPC, por solicitação do OE vinculado (Ciaga), mediante cumprimento das condições técnicas que fundamentaram o credenciamento e/ou do desempenho apresentado na realização dos cursos, com atenção especial às validades dos convênios firmados com instituições que proporcionem a realização de partes práticas dos cursos em laboratórios e simuladores, por exemplo.

Ao término do curso autorizado, a Transpetro deverá enviar ao Ciaga a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da ordem de serviço e do certificado. A portaria também obriga a empresa a cumprir todas as disposições relacionadas ao ensino profissional marítimo, independentemente de suas normas internas, ficando sujeita a penalidades no caso de descumprimento das normas do EPM.

O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a credenciada à pena de advertência, suspensão ou cancelamento. Dependendo da irregularidade, a DPC poderá cassar todos os credenciamentos concedidos à empresa. O credenciamento é válido pelo período de quatro anos, contados a partir do dia 17 de julho, data da publicação da portaria no Diário Oficial da União (DOU), não podendo ser prorrogado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/07/2024

DPC CREDENCIA TRANSPETRO PARA MINISTRAR CURSOS DO EPM

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 18/07/2024 - 19:20



Arquivo/Divulgação

Validade do credenciamento é de 4 anos e abrange 9 grupos de especializações, entre Prepom-Aquaviários, extra-Prepom e extra-FDEPM, a serem realizadas no Rio de Janeiro, sob supervisão do Ciaga

A Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil credenciou a Transpetro para ministrar cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (Prepom-Aquaviários), extra-PREPOM, ou curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM). A DPC determinou, por meio de uma portaria, que os cursos sejam realizados no município do Rio de Janeiro (RJ), sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), que é o órgão de execução (OE) vinculado.

A lista inclui 9 cursos, entre os quais: Especial Básico de Conscientização sobre Proteção de Navio (EBCP); Especial para Oficial de Proteção do Navio (EOPN); Especial Básico de Navios-Tanque

Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ); Especial de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque Petroleiros (ESOP).

Completam a relação os módulos das categorias: Especial Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito (EBGL); Especial de Segurança em Operações de Carga em Navios-Tanque para Gás Liquefeito (ESOG); Especial de Gerência de Passadiço para Oficiais (EGPO); Especial de Gerenciamento de Recursos da Praça de Máquinas (EGPM); e Especial de Primeiros Socorros Médicos (EPSM).

A Transpetro deverá seguir as recomendações e as prescrições da Normam-102/DPC (Módulo 1). Para aplicação dos cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos na norma com o Ciaga — acordo de credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou contrato administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. De acordo com a DPC, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos poderão ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que for realizado: Prepom, extra-Prepom ou extra-FDEPM.

O diretor de portos e costas, vice-almirante Carlos André Coronha Macedo, determinou, por meio da portaria, que a realização dos cursos dependerá de expressa autorização da DPC, por solicitação do OE vinculado (Ciaga), mediante cumprimento das condições técnicas que fundamentaram o credenciamento e/ou do desempenho apresentado na realização dos cursos, com atenção especial às validades dos convênios firmados com instituições que proporcionem a realização de partes práticas dos cursos em laboratórios e simuladores, por exemplo.

Ao término do curso autorizado, a Transpetro deverá enviar ao Ciaga a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da ordem de serviço e do certificado. A portaria também obriga a empresa a cumprir todas as disposições relacionadas ao ensino profissional marítimo, independentemente de suas normas internas, ficando sujeita a penalidades no caso de descumprimento das normas do EPM.

O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a credenciada à pena de advertência, suspensão ou cancelamento. Dependendo da irregularidade, a DPC poderá cassar todos os credenciamentos concedidos à empresa. O credenciamento é válido pelo período de quatro anos, contados a partir do dia 17 de julho, data da publicação da portaria no Diário Oficial da União (DOU), não podendo ser prorrogado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/07/2024

ALMEIDA AUTOMAÇÃO E REPAROS NAVAIS VAI PARTICIPAR DA NAVALSHORE 2024

Por Lorena Parrilha Teixeira ESPECIAL NAVALSHORE 18/07/2024 - 18:29



Divulgação

A empresa marca presença na 18ª edição da feira, com a WEG Digital como expositor, entre os dias 20 e 22 de agosto, no Rio de Janeiro

Em sua estreia na Navalshore, a Almeida Automação e Reparos Navais tem como objetivo expandir seu networking, fechar novos negócios e firmar parcerias estratégicas. A expectativa é conquistar entre 8 a 10 novos clientes, com um valor estimado

de mais ou menos R\$ 2 milhões.

Durante a feira, a empresa apresentará um ecossistema integrado de soluções em parceria com a WEG Digital. Como Solution Provider da WEG, haverá demonstrações de equipamentos em funcionamento com soluções de gerenciamento de ativos, transformação digital, IoT, indústria 4.0,

IA, automação e sustentabilidade. A Almeida Automação e Reparos Navais destacará seus serviços completos de reparo e manutenção naval, offshore e industrial,

A organização vê o setor naval e offshore como promissor e em crescimento contínuo, com demanda elevada por serviços. Por isso, o grupo considera a Navalshore uma plataforma importante para alavancar ainda mais a visibilidade e os negócios da empresa.

A empresa tem expandido sua carteira de clientes e está em negociação com novas empresas. Com metas semestrais alcançadas e novos objetivos, a Almeida Automação e Reparos Navais está se tornando membro da NBCC, participando de consultorias do SEBRAE sobre ESG e buscando a certificação INMETRO ISO 17025. Além disso, conta com representantes nos EUA, Singapura e Portugal, destacando seu crescimento contínuo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/07/2024

MPOR PRETENDE ABRIR AUDIÊNCIA DA CONCESSÃO DO MADEIRA NAS PRÓXIMAS SEMANAS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17/07/2024 - 22:05



Arquivo/Divulgação

Processo para discussão da modelagem de cessão da hidrovia para iniciativa privada foi encaminhado para análise do ministério, em junho, pela diretoria da Antaq

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) espera abrir, nas próximas semanas, o processo de audiência pública do projeto de concessão da hidrovia do Rio Madeira. A afirmação é do secretário nacional de hidrovias e navegação, Dino Antunes

Dias Batista, que considera importante que os números e a modelagem sejam discutidos pelos armadores, usuários, donos de cargas e agentes públicos. O processo de concessão da hidrovia foi encaminhado para análise do ministério, em junho, pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O rito prevê que os processos de audiência e consulta pública sejam realizados ao longo de 60 dias. Os documentos, incluindo as minutas do edital e dos contratos, são disponibilizados após a autorização da pasta.

"Terminamos os estudos e pretendemos, o quanto antes, colocar em audiência pública para a sociedade efetivamente debater não só o conceito, mas discutir números, melhorar estudos e trazer a concessão mais adequada", disse Batista, na última segunda-feira (15), durante o webinar 'Diálogos Amazônicos: Logística e rios na Amazônia', promovido pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP).

O escopo da concessão da hidrovia abrange uma extensão de 1.075 quilômetros de Porto Velho (RO) até a foz do Rio Amazonas, com largura média de 1Km com baixa declividade. O prazo contratual previsto é de 12 anos, com receita total estimada em R\$ 700 milhões e investimentos da ordem de R\$ 109 milhões. A data-base dos estudos no processo é outubro de 2023.

O secretário destacou que essa será a primeira concessão de hidrovia e um dos mais importantes projetos da agenda da SNHN, criada este ano. Ele acredita que as parcerias público-privadas permitirão rios navegáveis alcançarem o status de hidrovias, com gestores que mantenham os canais navegáveis, seguros e bem sinalizados. "Acreditamos que será uma quebra de paradigmas quando trouxermos também a iniciativa privada para nos apoiar", comentou. Batista ressaltou que o debate será importante para tirar dúvidas sobre o novo modelo para o modal.

O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani), Dodó Carvalho, disse no webinar que é preferível que as empresas paguem um pedágio podendo transitar com capacidade plena das barcaças do que trafegar com capacidade reduzida, com praticamente os

mesmos custo com combustíveis e tripulação, por exemplo. “A concessão é um caminho (...) Estamos encontrando um modelo de desenvolvimento justo: usa, consome, paga”, comentou Carvalho, que é diretor presidente da Companhia Norte de Navegação (CNN) e diretor executivo da SC Transportes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

PORTO SEM PAPEL: ANVISA DISPONIBILIZA FERRAMENTA DE AGENDAMENTO DE INSPEÇÕES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/07/2024 - 20:51

A medida visa facilitar e otimizar o processo de agendamento de inspeções

Desde a segunda-feira (15), está disponível uma nova funcionalidade no sistema Porto sem Papel – PSP. Trata-se de uma ferramenta para o agendamento de inspeções de embarcações nos portos brasileiros.

O objetivo dessa iniciativa é dar maior transparência e previsibilidade aos usuários que necessitam realizar os agendamentos, além de harmonizar os procedimentos internos da Anvisa. A ferramenta também vai proporcionar um canal de comunicação mais ágil, utilizando o PSP.

Para garantir a eficácia da nova funcionalidade, a Anvisa realizou um projeto-piloto nos portos de Vila do Conde (PA), Fortaleza e Pecém (CE), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Itajaí e Portonave (SC), nos meses de maio e junho deste ano. Durante esse período, foram recebidas contribuições que ajudaram a aperfeiçoar a ferramenta.

O agendamento de inspeções de embarcações em todo o país deverá ser realizado exclusivamente através dessa nova funcionalidade. Para orientações detalhadas sobre o fluxo de agendamento, a Anvisa disponibilizou o Guia Rápido, no seguinte link: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/porto-sem-papel/noticias/agendamento-de-inspecoes>.

A medida adotada visa facilitar e otimizar o processo de agendamento de inspeções, promovendo maior eficiência e qualidade nos serviços prestados aos usuários do setor portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

LOG-IN LOGÍSTICA INTEGRADA DESENVOLVE PROGRAMA PARA MINIMIZAR EFEITOS DA FALTA DE MARÍTIMOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 17/07/2024 - 20:36



O baixo número de profissionais marítimos é um desafio que tem deixado o mercado de navegação em alerta. Dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Vanzolini e pelo Centro de Inovação em Logística e Infraestrutura Portuária da USP (Cilip) indicam que, até 2030, será necessária a formação de 4 mil oficiais da Marinha Mercante.

No Brasil, a certificação dos profissionais marítimos é realizada exclusivamente pela Marinha, em três anos de estudo (complementados com até 2 anos de prática a bordo), através das Escolas de Formação de Oficiais de Marinha Mercante (EFOMM), o Ciaga (Rio de Janeiro-RJ) e o Ciaba (Belém-PA). Esses cursos são abertos anualmente, mas o número de vagas oferecidas está muito aquém do que o mercado brasileiro necessita.

Além disso, compete à entidade realizar os Exames de Revalidação para Oficiais de Náutica e de Máquinas (ERON/EROM), que, além de pouquíssimas vagas, são cursos que podem levar até nove meses para serem concluídos.



Essa escassez de marítimos brasileiros no mercado, especialmente Oficiais de Máquinas e Náutica, tem trazido grandes dificuldades de contratação pelas Empresas Brasileiras de Navegação, e tem sido um gargalo no Crescimento da Cabotagem, visto que o emprego de tripulantes brasileiros nos navios que operam neste tráfego é obrigatório.

Visando minimizar os impactos das informações reveladas no estudo, encomendado pela Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (ABAC) e pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), a Log-In Logística Integrada acaba de abrir inscrições para o Programa ReIntegrar No Mar, projeto cujo objetivo central é permitir que 1º Oficial e Chefe de Máquinas, com certificações expiradas, retomem suas atividades de navegação.

De acordo com a diretora de Gente, Cultura e Transformação Digital da Log-In, Andréa Simões, a medida adotada pela empresa não é suficiente para solucionar o problema de déficit de profissionais, mas contribui para reinserção de marítimos no setor. “A falta de mão de obra pode prejudicar drasticamente o desenvolvimento do segmento, podendo causar a redução das operações e interrupção da possibilidade de expansão de frotas. Desta maneira, cabe não só às grandes organizações oferecerem alternativas que ajudem a lidar com esse cenário, como é o caso deste projeto, mas principalmente às autoridades responsáveis buscarem alternativas que possam de fato sanar este problema”, aponta.

Apesar dos cursos oferecidos pela marinha, a gerente de Consultoria Interna da Log-In, Paula Oliveira, explica que o programa chega a realocar os marítimos de maneira mais ágil. “Em apenas três meses, na modalidade de estágio, a Log-In consegue apoiar na reintegração e revalidar as certificações desses profissionais em tempo recorde, gerando equipes de maquinistas ainda mais qualificadas para a frota da companhia”, comenta.

Programa ReIntegrar No Mar

Durante o projeto, os participantes serão designados para os navios da Log-In, com base nas necessidades operacionais, tendo uma experiência completa nos serviços de cabotagem e longo curso. Ao todo, serão disponibilizadas duas vagas: uma para 1º Oficial e uma para Chefe de Máquinas, com salário integral referente às categorias.

Além disto, os participantes contarão com todos os benefícios oferecidos aos atuais colaboradores, como planos de saúde e odontológico, extensivos para dependentes, acesso aos programas “Viva Bem”, focado em saúde física, emocional e social e “Amor de Mãe”, destinado a gestantes, além de auxílios como Gympass, vale transporte e vale alimentação.

Após o período de estágio, a Log-In poderá oferecer um contrato de permanência por 18 meses, diante dos resultados obtidos a partir das avaliações feitas durante o programa. “O compromisso com o desenvolvimento do nosso time já é marca registrada da Log-In. Acreditamos que valorizar e despertar oportunidades para pessoas engajadas é o caminho para fomentar um mercado cada vez mais competitivo”, afirma Andréa.

Processo seletivo

Para participar do programa, os candidatos interessados devem possuir Ensino Superior Completo, Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para revalidação, experiência prévia em navios e, como diferencial, já ter atuado com contêineres, além de contar com os comprovantes de vacinação das quatro doses contra a Covid-19 e o Certificado Internacional de Febre Amarela.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 30 de julho, na página da Gupy, através do link. Após as análises dos cadastros, os participantes selecionados passarão por entrevistas com a equipe de Recursos Humanos e com a Gestão. Em seguida, receberão a Carta Proposta e, por fim, será concluída a contratação.

Para Andréa, o programa representa uma oportunidade significativa para destacar os atuais desafios enfrentados pelo setor de navegação e, além disso, reintegrar ao mercado profissionais exemplares.

“Esta iniciativa é o primeiro passo não apenas para suprir as atuais necessidades de mão de obra, mas também reconhecer a importância dos marítimos para a eficiência operacional de nossos navios e de toda a cadeia marítima”, finaliza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/07/2024 - 20:32



Ao todo foram movimentadas 760 mil toneladas no primeiro semestre, 57% mais que no mesmo período de 2023

O Porto de São Sebastião bateu um novo recorde de movimentação no primeiro semestre deste ano. Ao todo, foram movimentadas 760 mil toneladas, 57% mais que no mesmo período de 2023.

Entre as principais cargas transportadas estão o açúcar a granel, com 287,5 mil toneladas; seguido de barrilha a granel, matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens, com 190,3 mil toneladas; e o coque de petróleo a granel, com 107,5 mil toneladas.

"A ampliação da disponibilidade das áreas para armazenagem despertou o interesse de mais importadores e exportadores, que passaram a utilizar o porto de São Sebastião como alternativa logística. O açúcar a granel e o coque são exemplos de novas cargas", explica o diretor-presidente da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), Ernesto Sampaio. 11 novos armazéns foram instalados pelos operadores portuários, perfazendo 14 estruturas.

Ernesto observa, ainda, que foram feitos investimentos em melhorias importantes para o porto, como a reforma do centro de controle operacional, a pavimentação de pátios de armazenagem e das vias de acesso terrestre, um novo sistema de automação da porta de acesso ao Porto e o monitoramento por circuito fechado de TV.

Está em fase de modelagem processo de arrendamento que permitirá a atração de mais investimentos. "A consulta pública está em fase de preparação e deve ser publicada em breve", ressalta a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. Segundo ela, no contexto do novo Plano Estadual de Logística e Investimento, que está em desenvolvimento e tem o objetivo de integrar os diversos modais, o Porto tem papel fundamental no escoamento de cargas para exportação, junto com o Porto de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

TCP RECEBE CERTIFICAÇÃO ISO 45001

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/07/2024 - 20:27



A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, conquistou em março deste ano a certificação ISO 45001. O Terminal também possui as certificações ISO 9001 (Gestão de Qualidade) e ISO 14001 (Gestão Ambiental).

Kayo Zaiats, gerente de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente da TCP, destaca que receber essa certificação foi um marco significativo: "implementamos treinamentos regulares de segurança, procedimentos de emergência e auditorias periódicas para garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para todos. Criamos uma cultura de segurança entre os colaboradores, na qual todos os processos são continuamente avaliados e aprimorados para eliminar ou minimizar perigos e riscos."

Já a certificação ISO 14001 atesta o sistema eficaz de controle dos impactos ambientais da operação, abrangendo aspectos como consumo de energia, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e utilização de recursos naturais.

O Terminal também possui a certificação ISO 9001 desde 2003. Este certificado atesta a eficiência estratégica e operacional da TCP.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

PPSA HABILITA DEZ EMPRESAS PARA DISPUTAR O 4º LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO

Da Redação OFFSHORE 17/07/2024 - 20:20

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) divulgou nesta quarta-feira, 17 que dez empresas estão habilitadas para participar do 4º leilão de petróleo da União, que será realizado no próximo dia 31 de julho, na sede da B3, em São Paulo. São elas: Petrobras, Refinaria de Mataripe, CNOOC Petroleum Brasil, ExxonMobil Exploração Brasil, Equinor Brasil Energia, Galp Energia Brasil, PetroChina International (Brazil) Trading, PRIO Comercializadora, Shell Trading Brasil e TotalEnergies EP Brasil.

Segundo a diretora técnica e presidente interina da PPSA, Tabita Loureiro, este será o leilão com maior número de competidores habilitados. "Só o número inédito de empresas habilitadas já demonstra um interesse maior do mercado e esperamos competição nos lotes", disse Tabita.

As empresas habilitadas atenderam a todos os requisitos do edital e tiveram sua documentação aprovada pela Comissão do Leilão. Até então, o maior número de empresas habilitadas foi no 3º Leilão, em novembro de 2021, quando seis empresas enviaram a documentação e três apresentaram lances.

No dia 31 de julho, serão comercializados 37,5 milhões de barris de petróleo, que é a produção estimada da União para 2025, relativa aos campos de Mero e Búzios. Serão três lotes de Mero (dois com 12 milhões de barris e um com 11 milhões) e um lote de Búzios (2,5 milhões de barris).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

PRATICAGEM INVESTIU EM MELHORIAS NO SISTEMA DE CALADO DINÂMICO DA BARRA NORTE

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17/07/2024 - 19:45



Navio Hidrográfico Garnier Sampaio (Divulgação Praticagem)

Unipilot destacou que boia de coleta de dados meteorológicos e oceanográficos, que foi fundeada com apoio da Marinha, contribui com precisão de informações e nas previsões de tábuas de maré

A praticagem investiu para tornar o sistema de calado dinâmico na barra norte do Rio Amazonas mais robusto e com informações mais precisas. A categoria apostou em uma boia de coleta de dados meteorológicos e oceanográficos, que foi fundeada com apoio da Marinha do Brasil. A autoridade marítima supervisiona o projeto e disponibiliza o seu apoio técnico-logístico quando necessário. O aparato utilizado pelos práticos transmite, via satélite, dados de profundidade; direção e velocidade da corrente; direção e velocidade do vento; e amplitude e período das ondas.

O práctico Adonis dos Santos, presidente da Cooperativa de Apoio e Logística aos Práticos da Zona de Praticagem 1 (Unipilot), destacou que essas informações atualizam as previsões divulgadas nas



tábuas de maré. Ele disse que, com essa análise mais precisa, é possível atravessar a barra norte com navios mais carregados, em segurança.

O navio hidrográfico Garnier Sampaio partiu de Belém (PA) para Macapá (AP), onde a boia e o seu aparato de poitas, pesando seis toneladas, foi embarcada no convés. Após um dia de viagem, a tripulação, os pesquisadores da praticagem e técnicos contratados chegaram à barra norte para o lançamento da boia.

A operação integra o protocolo de intenções assinado entre a Praticagem da Amazônica Oriental e o Comando do 4º Distrito Naval. Pelo acordo, a praticagem se encarrega dos investimentos e da implementação do projeto, desde a coleta dos dados, seu processamento e difusão. O navio aproveitou para sondar as profundidades nas imediações do local.

Para isso, foram compartilhados equipamentos de sondagem da Marinha e da Unipilot. O trabalho foi concluído em três dias, no último dia 1º de julho. De acordo com a praticagem, o compartilhamento permanente diminui a necessidade das expedições do Centro de Hidrografia. Além de navio hidrográfico e tripulação completa, essas operações exigem fundeio de cerca de 30 dias.

O projeto da praticagem vem possibilitando o aumento do calado dos navios que cruzam a barra norte desde 2017. A região é um trecho raso e lamoso localizado na entrada do Rio Amazonas, o que acaba por delimitar o quanto as embarcações podem transportar em toda a Baía Amazônica. Os investimentos da praticagem no sistema de calado dinâmico até o momento são da ordem de R\$ 15 milhões, incluindo a aquisição da boia da empresa MessenOcean, além de um convênio com a Coppe/UFRJ.

Santos lembrou que, nesse período, houve avanços gradativos do calado permitido pela autoridade marítima, passando de 11,50m, chegando aos atuais 11,70m. O prático destacou que já foram testados navios trafegando com 11,80m de calado e que os próximos serão para 11,90m. Os testes são sucedidos de análises técnicas antes da autorização de calado pela Marinha.

Os práticos da ZP-1 atuam na maior zona de praticagem do mundo, que compreende 1.416 milhas náuticas (ou 2.622 quilômetros) de navegação e manobras nos rios da Amazônia, na área compreendida entre a foz do Rio Amazonas e a cidade de Itacoatiara (AM), atravessando três estados (Amapá, Pará e Amazonas). Os graneis agrícolas, principalmente soja e milho, são o carro-chefe entre as cargas movimentadas na região. Outros destaques são a celulose, a bauxita, as operações de navios da Transpetro (petróleo e gás), contêineres (cabotagem), além do fluxo de produtos como cimento e trigo com destino Manaus (AM).

O presidente da Unipilot estima que, a cada 20 centímetros de ganho de calado, um graneleiro carregue de 1,8 mil a 2 mil toneladas a mais de grãos. Existem intenções de alcançar um calado de 12,50m, o que aumentaria a capacidade e a competitividade do transporte de cargas pela região. O aumento de 1 metro, em relação aos 11,50m iniciais, possibilitaria em torno de mais 10 mil toneladas.

Santos contou que um dos desafios foi instalar um aparelho para medir a maré na Barra Norte porque a região está distante da costa e o equipamento precisa flutuar para acompanhar o nível da maré. Um dos aprendizados no último ano de trabalho, segundo o prático, foi no sentido de manter esse tipo de equipamento na posição ideal, evitando deslocamentos pelas correntes por redes de pescadores, ou até vandalismo — que ocorre em algumas localidades. Existe uma equipe que monitora os equipamentos 24 horas por dia.

Os dados colhidos pela boia equipada e transmitidos em tempo real para a estação em terra permitem estabelecer uma tábua de previsões mais precisa, permitindo encontrar as melhores janelas de maré e realizar de forma mais eficiente a programação de navios conforme o calado.

As informações coletadas pela praticagem são repassadas à autoridade marítima. “É uma área difícil de monitorar, existe dificuldade para colocar boias e dificuldade de sondagem e de sinalização



náutica porque os bancos de areia se movimentam sempre. A praticagem faz sondagens regularmente”, ressaltou Santos à Portos e Navios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024

NOVA OFFSHORE EXPANDE FROTA COM NOVA BALSA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL MARÍTIMO

Da Redação OFFSHORE 17/07/2024 - 19:50



Divulgação/NovaOffshore

Subsidiária da Bunker One planeja continuar a expandir sua frota, prevendo compra ou afretamento de novas balsas e navios no curto e médio prazo, com meta de crescer 30% nos próximos dois anos

A Nova Offshore, subsidiária da Bunker One, ampliou sua frota com a aquisição de mais uma balsa para atender à crescente demanda por combustíveis marítimos. Com essa adição, a empresa passa a

contar com cinco balsas, três delas próprias, além de três rebocadores afretados e um navio-tanque também afretado.

A nova balsa foi customizada para atender às especificações da Nova Offshore, incluindo geradores de última geração e válvulas de alívio de pressão e vácuo com corta-chamas certificado internacionalmente nos tanques de carga, o que oferece maior segurança operacional e reduz os riscos ambientais. As conexões para transferência de combustível utilizam válvulas semelhantes às empregadas em plataformas de petróleo, aumentando a segurança. A embarcação possui acomodações térmica e acusticamente isoladas para até quatro tripulantes e pode operar 24 horas por dia.

A empresa planeja continuar a expandir sua frota, prevendo a compra ou afretamento de novas balsas e navios no curto e médio prazo, com uma meta de crescimento de pelo menos 30% nos próximos dois anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/07/2024



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 18/07/2024